DF DIÁRIO OFICIAL

Brasília, terça-feira, 12 de setembro de 1989

ANO XIV – Nº 174

Primavera no Cruzeiro

Governador Roriz acompanhará, amanhã, a grande operação de limpeza no SRES

O governadoar Joaquim Roriz acompanhará, amanhã, o prosseguimento da Operação Primavera 1989, percorrendo vários pontos do Cruzeiro, a partir das 8h00, na Estrada Bosque, em frente ao Hospital das Forças Armadas. O novo programa iniciado no Núcleo Bandeirante, semana passada, movimenta trezentas máquinas e cerca de mil homens, em regime de mutirão, com todas Administrações Regionais. De acordo com o superintendente do Serviço de Limpeza Urbana, Brasil Américo, até meados de outubro estarão concluídos os trabalhos de limpeza em todas as cidades-satélites, começando então, as atividades no Plano Piloto.

Na opinião do governador, o desempenho da Operação Primavera deste ano está favorecido com a aquisição recente de 135 máquinas que o GDF repassou para melhor equipar as satélites. No Núcleo Bandeirante, num só dia, foram removidos mais de onze mil metros quadrados de entulho, varridos cerca de 112 mil metros quadrados de área e capinados e roçados 78.900 metros quadrados, com a pintura de 26 metros de meios-fios e outras atividades como poda de gramado, erradicação de ervas daninhas e até caiação em 52 pés de postes.

No Cruzeiro, a administradora Lígia Hogem dará continuidade à campanha "Torne o Cruzeiro mais belo", reforçando o trabalho do mutirão, com apelo à comunidade para que participe com desobstrução de quintais e lixeiras, além de promoverem a remoção de entulhos e de lixo do interior dos prédios para as ruas. Também há incentivo ao plantio de árvores e cultivo de jardins.

Recursos

A Operação Primavera 1989 vai custar, aproximadamente, NCz$ 1 milhão e 900 mil, com recuperação de máquinas e equipamentos, aquisição de combustível e outras despesas. Serão utilizados 55 caminhões basculantes, 81 carrinhos de gari, dezesseis pás carregadeiras, trinta microtratores e doze patrols, além de onze tratores de esteiras, 118 enxadas, 3.736 vassouras, 15.300 sacos de lixo, 876 carrinhos de mão e 1.110 pás. Na parte de recursos humanos, além dos 940 serventes de todas as Administações Regionais, participam motoristas, encarregados de turma, operadores de máquinas leves e pesadas, apontadores fiscais, encarregados, padreiros e borracheiros.

Cronograma

De acordo com o diretor das Administrações Regionais, Vital Moraes, a opearação prosseguirá no Guará, dias 14 e 15, chegando à Planaltina no dia 20, a Sobradinho dia 21 e a Taguatinga dias 26, 27 e 28. Nos dias 3 e 4 de outubro o mutirão será no Gama, dia 10 em Brazlândia, encerrando a programação das satélites dias 17, 18, 19 e 20, na Ceilândia.

Novacap planta árvores e grama

A Novacap iniciou, ontem, um programa de plantio de grama e arborização em diversas entrequadras do Plano Piloto e também nas cidades-satélites. A meta é deixar Brasília com cem metros quadrados de área verde por habitante. Os trabalhos devem orçar os NCz$ 2 milhões.

O presidente da Novacap, Jefferson Bueno, destacou que com essas novas áreas verdes a cidade estará ocupando lugar de destaque no cenário mundial. Lembrou que a Organização Mundial da Saúde recomenda que a área verde urbanizada deve ter no mínimo 12,5 metros quadrados de verde por habitante — 25 metros quadrados representa a proporção considerada ideal. "Brasília atingirá com a conclusão desse serviço de urbanização mais de cem metros quadrados por habitante" — assegurou o engenheiro.

Ontem, foram iniciados os acertos de terreno, estando a conclusão dos serviços prevista para os próximos quatro meses. Serão 47 entrequadras que receberão obras de urbanização no Plano Piloto. As satélites tiveram as áreas priorizadas pelas respectivas administrações regionais. Está programada a terraplenagem de cerca de seiscentos mil metros quadrados de terrenos baldios, que receberão serviços de jardinagem.



Os jardins do Buriti, assim como toda a cidade, ficarão mais bonitos

Árvores

O programa de arborização da Novacap, igualmente iniciado ontem, prevê o plantio de 170 mil mudas de árvores e 56 mil arbustos ornamentais no Plano Piloto e cidades-satélites. As mudas foram desenvolvidas no Departamento de Parques e Jardins da própria empresa. Foram escolhidas árvores típicas da região, que não perdem a folhagem no período da seca.

Os técnicos da Novacap, após levantamentos minuciosos no perímetro urbano do Distrito Federal, sugeriram o plantio de mais de dez mil árvores em estacionamentos públicos de veículos. Diversos deles, no Plano Piloto, ganharão novas árvores, assim como os das satélites.

Para o presidente da Novacap, Jefferson Bueno, essa iniciativa tem o objetivo de proporcionar sombra para os carros. Lembrou que o trabalho é de difícil execução e de custo alto, porque a cova para o plantio será aberta em pavimento asfáltico, mediante técnica especial. Toda a terra será trocada e protegida por um cordão de concreto para evitar danos no asfalto ao longo do tempo. "Os benefícios advindos serão, seguramente, compensadores", observou Bueno.

Segundo o presidente da empresa, o plantio anual de árvores e arbustos tem período curto, de outubro a fevereiro, simultaneamente à estação das chuvas. Acrescentou que a Novacap deverá plantar com êxito as diversas espécies vegetais da flora brasileira que já demonstraram perfeitas condições de adaptação às condições climáticas de Brasília.

Tributo a JK revive suas trinta metas

Começa, hoje, o programa comemorativo do oitavo aniversário do Memorial JK, com a abertura da Exposição do Plano de Metas do ex-presidente Juscelino Kubitschek. A mostra, que será aberta, às 20h, no **hall** do prédio, por Dona Sarah Kubitschek, apresenta aspectos das trinta metas, além de Brasília, traçadas pelo estadista. Em, prosseguimento às comemorações, o I Concurso JK para Piano do Distrito Federal selecionará os melhores pianistas brasileiros, realizando-se provas no período de 17 a 23 próximo, sempre a partir das 18h, no auditório do Memorial.

São Paulo, Minas Gerais e Goiás, além de Brasília, estarão representados no certame que irá conferir prêmios nos valores de NCz$ 3.000,00, NCz$ 2.000,00 e NCz$ 1.000,00 aos três primeiros classificados. Também serão conferidas oportunidades de apresentação em concerto na Sala Martins Penna e com a Orquestra do Teatro Nacional, na Sala Villa-Lobos, na temporada de 1990, aos candidatos que se destacarem com as melhores interpretações e desempenhos.

IDR convoca concursados

Os candidatos classificados nos concursos de Agente de Portaria (186° a 187° lugares) de Datilógrafo (60° ao 62° lugares) e de Motorista Oficial (315° ao 329° lugares) devem comparecer até a próxima quinta-feira, das 8h30 às 11h, à sede do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos — Setor de Garagens Oficiais, Área Especial nº 01 — munidos de todos os documentos de identidade.

Quem não se apresentar no prazo estabelecido, passará para o fim da lista dos aprovados e classificados, devendo aguardar segunda e última convocação, dentro do período de validade do concurso.

DIÁRIO OFICIAL

Brasília, 12 de setembro de 1989

Defesa do meio ambiente

Nova lei será sancionada amanhã, à tarde, pelo governador Joaquim Roriz

O governador Joaquim Roriz sanciona, amanhã, a Lei da Política Ambiental do Distrito Federal, aprovada pelo Senado Federal, em solenidade marcada para as 17h30, no Palácio do Buriti. A iniciativa de Roriz apresenta um caráter pioneiro e visa a cumprir integralmente as exigências relativas à questão ambiental constantes da Constituição brasileira.

O secretário de Meio Ambiente, Ciência e Teconologia, Rubem Fonseca Filho, informou que, a partir da sanção da lei, os órgãos do GDF deverão conjugar esforços para que ela se transforme o mais rapidamente possível em instrumento eficaz da sociedade na defesa do meio ambiente e da qualidade de vida da comunidade brasiliense.

Acrescentou que a Semacit passará agora a ter condições de exercer poder de fiscalização e implementar vigorosa fiscalização do meio ambiente. Destacou ainda que a lei estabele os critérios para a aplicação de penalidades, cria o Conselho do Meio Ambiente, integrado por representantes dos órgãos do governo e da sociedade civil, e também o Fundo de Meio Ambiente, para o qual serão revertidas as multas cobradas em função de desrespeito à legislação ambiental.

Rubem Fonseca afirmou ainda que o Distrito Federal e o Entorno passam a dispor de um mecanismo que possibilita a implementação de um planejamento integrado de desenvolvimento econômico e social, inspirado numa política que respeitará as limitações do meio ambiente e valorizará o potencial de seus recursos naturais e humanos.



Parque Ecológico Norte, iniciativa coerente com as preocupações ambientais do GDF

Pessoal do HBDF tem semana de estudos técnicos

A abertura da VIII Semana de Estudos Técnico-Administrativos e de uma exposição de pintura e fotografias de funcionários do Hospital de Base, hoje, às 9h, com a presença do secretário de Saúde, Milton Menezes, marca o início das comemorações do 29º aniversário do Hospital de Base. A primeira palestra da semana de estudos, no auditório Tancredo Neves, do HBDF, será proferida pelo diretor do hospital, Maurício Cariello, que abordará o tema "O Hospital de Base para o Futuro".

Ainda pela manhã, às 10h, Mário Rigatte, professor titular de Clínica Médica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, falará sobre "O Fumo e Suas Implicações". Amanhã, às 10h30, mais duas palestras estão programas: "Transplante Renal — Experiêcia", com o médico Jacob Mocellin, e "Procura de Orgãos", com Anauar Michael Matin, ambos do Hospital Evangélico de Londrina, Paraná.

Serpro expõe a arte de Ritter

A exposição individual de gravuras em metal do artista plástico Thomas Ritter, de Sobradinho, poderá ser vista até o dia 22 próximo, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, no terraço da sede do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) — no SGAN, Quadra 601, Módulo "V".

Thomas Ritter, 43 anos, vice-diretor da Galeria Van Gogh de Sobradinho, é formado em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás e em Desenho e Artes Plásticas pela UnB.

Curso ensina a idoso que soja serve para tudo

Os idosos ligados aos grupos comunitários do Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Cruzeiro Velho e Novo, Guará I e II terão oportunidade de participar, a partir de hoje, de um curso de aproveitamento de soja, promovido pela Secretaria do Trabalho e Assessoria Especial para Assuntos da Terceira Idade. De acordo com o cronograma da Aeti, o curso terá a duração de dez dias, em cada uma das localidades. Os primeiros participantes pertencem aos grupos Fraternidade e Paz e Amor, do Cruzeiro Velho e Novo, com aulas a partir de hoje até o dia 4 de outubro, na Área Especial do Cruzeiro Novo.

O curso será coordenado pela enfermeira Vera Terezinha Silveira, que ensinará como fazer pudins, doces, queijo, carne, croquetes e até leite utilizando soja. Diz ela que serão dadas dez aulas práticas, com duas horas de duração, na parte da manhã, reunindo vinte pessoas por turma, num total de sessenta participantes. No Cruzeiro as aulas acontecerão hoje, amanhã e quinta-feira, prosseguindo nos dias 19, 20, 21, 26, 27, 28 e 31.

A partir de 10 de outubro, será a vez dos grupos Rosas Prateadas e Alegria de Viver, do Núcleo Bandeirante e da Candangolândia, cujas aulas serão desenvolvidas na antiga Administração Regional. Ali o programa elaborado prevê a realização do curso nos dias 10, 11, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 de outubro. Já os participantes dos grupos Cabelos de Prata e Amigos da Terceira Idade frequentarão as aulas no período de 14 de novembro a 7 de dezembro, no Centro de Saúde nº 4 — Guará II.

Vale-transporte na tarifa antiga vai caducar dia 19

Termina no próximo dia 19 o prazo de validade dos talonários de vale transporte adquiridos antes do último reajuste das tarifas, ocorrido dia 21 último. Como sua vigência é de trinta dias após o reajuste, a partir de terça-feira próxima os que não forem utilizados ou trocados perderão o seu valor.

Para se ter uma idéia de quantos passageiros estão pagando, ainda, a tarifa antiga, basta dizer que cerca de quarenta por centro do universo de usuários do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal fazem uso do vale transporte e 23 por cento desses estão usando os vales antigos. Isso equivale dizer que desde a entrada em vigor do último reajuste das tarifas, até o dia 19 próximo, pelo menos 4 milhões e 500 mil passageiros viajarão pelo sistema, pagando a tarifa antiga.

Tal benefício, além do congelamento, pelo segundo mês consecutivo, das tarifas para estudantes e da gratuidade para os idosos e também para os deficientes físicos, faz parte dos esforços do Governo do Distrito Federal para reduzir o impacto do custo do transporte no orçamento do trabalhador. Operado a partir de um sistema denominado Caixa Único, o transporte público coletivo do DF pelas próprias características físicas da região, é constantemente subsidiado pelo Governo.

Porém, a maior parte do custo do transporte público coletivo do Distrito Federal sai do bolso do usuário que paga a tarifa integral, ou das empresas que fornecem o vale-transporte aos seus empregados. Isso significa que quem viaja de graça está sendo custeado duplamente, por quem paga a passagem e por quem recolhe impostos. Assim é que o Departamento de Transportes Urbanos continua a luta contra os caloteiros, embora o problema tenha diminuído sensivelmente. As tentativas de calote estão-se sofisticando, pois os fiscais do DTU já recolheram dezenas de carteiras de identificação em poder de falsos rovodiários e até de familiares desses profissionais. A preocupação com a questão já foi levada, inclusive, à direção do Sindicato dos Rodoviários.

Mil alunos nos Jogos Escolares

A partir desta quinta-feira, cerca de seis mil alunos de escolas públicas e particulares de Brasília estarão participando dos XXIX Jogos Escolares do Distrito Federal, considerados a mais importante competição do desporto escolar da capital federal. Os JEDF's têm como objetivo desenvolver o intercâmbio sócio-desportivo entre estudantes, além de incrementar as boas relações professores—alunos.

Os jogos serão realizados em diversas escolas públicas e particulares, com a competição subdividida em Jogos Escolares Noturnos (Corujão), Jogos Escolas Ensino Especial, Torneio Interescolar do Ensino Supletivo e Jogos Escolares, com apenas duas categorias, a infantil, até os quinze anos de idade, e a juventude, até dezoito anos de idade.

DF DIÁRIO OFICIAL

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Editor:
Antonio Castelo Branco

Conselho Diretor:

Clemente Luz, Maria Félix Fontele
e
Renato Riella

Redação e Administração:
Palácio do Buriti, térreo

Telefones:
Redação: (direto) 225-7803
PABX: 225-6830 — Ramal 312
e 225-7055 — Ramal 137

Venda avulsa.....NCz$0,15
Assinatura Semestral .....NCz$15,00

DECRETO Nº 11.810 DE 11 DE SETEMBRO DE 1989.

Retifica o disposto no artigo 1º, do Decreto nº 11.644, de 20 de junho de 1989.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º — No artigo 1º, do Decreto nº 11.644, de 20 de junho de 1989, onde se lê "Jardins do Morumbi", leia-se "Jardim do Morumbi" e onde se lê "Fazenda Morumbi", leia-se "Fazenda Bonsucesso".

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1989
101º da República e 30º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

WANDERLEY VALLIM DA SILVA

MARLÊNIO JOSÉ FERREIRA OLIVEIRA

RUBEM FONSECA FILHO

WADJÔ DA COSTA GOMIDE

CÉLIO AFONSO DE ALMEIDA

MILTON MENEZES DA COSTA NETO

ORLANDO ALVES GERTRUDES

JOSÉ RENATO RIELLA

JOÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA E SOUZA

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

LAIS FONTOURA ADERNE

ILDEU LEONEL OLIVEIRA DE PAIVA

DECRETO Nº 11.811 DE 11 DE SETEMBRO DE 1989.

Declara de relevante interesse público a remoção de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços localizados em invasões, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o art. 15, § 1º, do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, e

considerando a Política de Preservação de Brasília, adotada pela atual Administração do Distrito Federal, na qual acha-se inserida remoção das invasões;

considerando ser dever do Estado a garantia dos valores comunitários;

considerando que para o êxito do assentamento das populações de baixa renda, indispensável se faz dotar as localidades da infra-estrutura de apoio, no mínimo idêntica à existente nas invasões erradicadas;

considerando o cadastramento dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços existentes,

D E C R E T A:

Art. 1º — É de relevante interesse público a remoção dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço localizados em invasões, em área do Distrito Federal, para lotes semi-urbanizados integrantes dos loteamentos onde se fixaram as respectivas invasões.

Art. 2º — Fica a Companhia Imobiliária de Brasília incumbida de celebrar contrato de concessão de direito real de uso, a título remunerado, com os comerciantes e prestadores de serviços, pelo prazo e condições estabelecidos pelo seu Conselho de Administração, dos lotes a que se refere o art. 1º deste Decreto.

Art. 3º — É condição essencial para a concessão de uso estar o comerciante ou prestador de serviço cadastrado nos órgãos fiscais da Secretaria de Finanças do Distrito Federal.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1989
101º da República e 30º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

CELSIUS ANTÔNIO LODDER
OZIAS MONTEIRO RODRIGUES
JORGE CAETANO
JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI

DECRETO Nº 11.812 DE 11 DE SETEMBRO DE 1989

Abre crédito suplementar no valor de NCz$ 40.000,00 (quarenta mil cruzados novos), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 03 de 21 de dezembro de 1988, combinado com o artigo 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta do processo nº 030.010770/89,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aberto ao Gabinete do Governador o crédito suplementar valor de NCz$ 40.000,00 (quarenta mil cruzados novos) na seguinte dotação orçamentária:
11001.03070202.003 — Assessoramento Superior
00 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 40.000,00

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3ºtrimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1989.
101º da República e 30º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

CELSIUS ANTÔNIO LODDER
OZIAS MONTEIRO RODRIGUES

DECRETO Nº 11.813 DE 11 DE SETEMBRO DE 1989

Abre crédito suplementar no valor de NCz$ 12,00 (doze cruzados novos), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 03 de 21 de dezembro de 1988, combinado com o artigo 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta do processo nº 012.000883/89,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aberto ao Departamento de Turismo o crédito suplementar no valor de NCz$ 12,00 (doze cruzados novos) na seguinte dotação orçamentária:
24002.11650212.004 — Planejamento e Coordenação das Atividades de Suporte ao Turismo
00 — 3192.00 — Depesas de Exercícios Anteriores 12,00

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue:
39000.99999999.999 — Reserva de Contingência
00 — 9000.000 — Reserva de Contingência 12,00

Art. 3º — Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 3º trimestre, de conformidade com os artigos anteriores.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1989.
101º da República e 30º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

CELSIUS ANTÔNIO LODDER
OZIAS MONTEIRO RODRIGUES

DECRETO Nº 11.814 DE 11 DE SETEMBRO DE 1989

Abre crédito suplementar no valor de NCz$ 100.000,00 (cem mil cruzados novos), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 03 de 21 de dezembro de 1988, combinado com o artigo 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Administração o crédito suplementar no valor de NCz$ 100.000,00 (cem mil cruzados novos) na seguinte dotação orçamentária:

14001.03070212.029 — Encargos com a Manutenção de Transportes Internos

00 — 3120.00 — Material de Consumo 100.000,00

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1989.
101º da República e 30º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

CELSIUS ANTÔNIO LODDER
OZIAS MONTEIRO RODRIGUES

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

DECRETO DE 06 DE SETEMBRO DE 1989.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 2º, do Regimento do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente - CAUMA, aprovado pelo Decreto nº 3.679, de 10 de maio de 1977 e alterado pelos Decretos nºs 8.701, de 09 de julho de 1985, 8.870, de 02 de setembro de 1985; 9.861, de 31 de outubro de 1986; 10106, de 28 de janeiro de 1987 e 10831, de 15 de outubro de 1987, bem como o disposto no artigo 6º, da Lei 7456, de 1º de abril de 1986,

RESOLVE:

Reconduzir o Engenheiro Agrônomo STÊNIO DE ARAÚJO BASTOS para a função de Membro do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente - CAUMA, pelo prazo de 02 (dois) anos, integrando a Câmara de Arquitetura.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

D E S P A C H O

PROCESSO Nº: 030.010.711/89
INTERESSADO: ORLANDO ALVES GERTRUDES
ASSUNTO: AFASTAMENTO DO PAÍS

AUTORIZO o afastamento do País do Senhor Secretário de Indústria, Comércio e Turismo do Distrito Federal, Dr. ORLANDO ALVES GERTRUDES e, em conseqüência, arbitro as diárias nos termos propostos no item 2.2 do Parecer da Consultoria Jurídica deste Gabinete.

Brasília, 11 de setembro de 1989.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

GABINETE CIVIL

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE SETEMBRO DE 1989

O SUBCHEFE PARA ASSUNTOS ADMINSITRATIVOS, DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso x, artigo 30, do Decreto nº 7857, de 11 de janeiro de 1984, com a redação dada pelo Decreto 11.069, de 30 de março de 1988,

RESOLVE:

DISPENSAR FRANCISCO ROBÉRIO CUNHA DE MESQUITA, Agente Administartivo, matrícula 19.616-9, Código LT-SA-401.C, referência NM-28, da função de Secretário Administrativo, Código LT-DAI-112.3-M, da Subchefia do Gabinete Civil.

Brasília, 11 de setembro de 1989

ALMIRO GERIN DE AMORIM

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE SETEMBRO DE 1989

O SUBCHEFE PARA ASSUNTOS ADMINSITRATIVOS, DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV, artigo 30, do Decreto nº 7857, de 11 de janeiro de 1984, com a redação dada pelo Decreto 11.069, de 30 de março de 1988,

RESOLVE:

MANDAR cessar o pagamento da Gratificação por Encargo em Gabinete concedida ao servidor GUILHERME VITOR GUTH, funcionário requisitado do Governo do Estado de Goiás, lotado na Secretaria Particular do Gabinete do Governador do Distrito Federal, pelo encargo de Assistente.

ALMIRO GERIN DE AMORIM

Departamento de Educação Física Esporte e Recreação — DEFER

ORDEM DE SERVIÇO Nº 167, DE 01 DE SETEMBRO DE 1989

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, inciso XIII, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643, de 18 de agosto de 1983,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a partir de 14 de agosto de 1989, as Ordens de Serviços nºs 158/89, 159/89, 161/89 e 164/89, de 14 de agosto de 1989.

Brasília-DF, 01 de setembro de 1989.

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 168, DE 01 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, inciso V do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643, de 18 de agosto de 1983, e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Nomear ROMILSON GALVÃO DA SILVA, matrícula nº 30.810-2, Técnico de Finanças e Controle, Classe "C", Padrão V, para exercer a função de Encarregado de Patrimônio, Código DAI-111.2, a partir de 14 de agosto de 1989.

Brasília-DF, 01 de setembro de 1989.

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 166, de 30.08.89).

ORDEM DE SERVIÇO Nº 169, DE 01 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, inciso V, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643, de 18 de agosto de 1983, e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Nomear CARLOS RUBENS CAMPELO BEZERRA, matrícula nº 30.799-8, Analista de Orçamento, Classe "A", Padrão IV, para exercer a função de Diretor da Divisão de Administração Geral, Código DAS-101.3, a partir de 14 de agosto de 1989.

Brasília-DF, 01 de setembro de 1989.

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

(Republicado por haver saído com incorreções no DODF nº 166, de 30.08.89).

ORDEM DE SERVIÇO Nº 170, DE 01 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, inciso V, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643, de 18 de agosto de 1983, e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Nomear RITA DE CÁSSIA ALVES DE SIQUEIRA, matrícula nº 30.809-9, Técnico de Finanças e Controle, Classe "C", Padrão V, para exercer a função de Chefe da Seção de Material, Código DAI-111.3, a partir de 14 de agosto de 1989.

Brasília-DF, 01 de setembro de 1989.

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 166, de 30.08.89).

ORDEM DE SERVIÇO Nº 171, DE 01 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, inciso V, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643, de 18 de agosto de 1983, e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Nomear WAGNER JOSÉ SANT'ANNA, matrícula nº 30.804-X, Técnico de Orçamento, Classe "C", Padrão V, para exercer a função de Encarregado de Pagamento e Recebimento, Código DAI-111.2, a partir de 14 de agosto de 1989.

Brasília-DF, 01 de setembro de 1989.

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 166, de 30.08.89).

ORDEM DE SERVIÇO Nº 172, DE 01 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, inciso V, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7643, de 18.08.83, e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 5.674, de 16.12.80,

RESOLVE:

DESIGNAR GILMAR OLIVEIRA TAVARES, Datilógrafo, matrícula 00.393-X, Código LT-SA-402, Referência NM-23, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, da Divisão de Pesquisa e Capacitação Técnica.

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 173, DE 1º DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, inciso V, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643, de 18.08.83, e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 5.674, de 16.12.80,

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA CELIA VASCO BRAGANÇA, Agente de Portaria, matrícula 00,434-0, Código LT-TP-602, Referência NM-03, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, da Divisão de Administração Geral.

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 174 DE 01 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, inciso V, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643, de 18 de agosto de 1983, e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

Nomear ORLANDO SILVA ILORCA, matrícula nº 30.807-2, Técnico de Orçamento, Classe "B", Padrão I, para exercer a função de Chefe da Seção Financeira, Código DAI-111.3, a partir de 14 de agosto de 1989.

Brasília-DF, 01 de setembro de 1989.

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 166 de 30.08.89).

SECRETARIA DO GOVERNO

PROCESSO Nº: 040.000.044/89
ASSUNTO: Requisição de Diárias nº 014/89-SEG
INTERESSADO: Cláudio Alves de Souza.

Nos termos da competência delegada pela alínea "f", da Portaria nº 003/85-SEG, e observando o disposto no artigo 5º do Decreto nº 10.200/87, Autorizo a concessão de 3 ½ (três e meia) diárias ao Diretor, Código DAS.101.3, CLÁUDIO ALVES DE SOUZA, matrícula nº 04.525-X, no valor de NCz$ 320,74 (trezentos e vinte cruzados novos e setenta e quatro centavos), para atender as despesas com viagem a cidade de Vitória, para participar do III Encontro Nacional de Profissionais de Recursos Humanos na Administração Pública, nos dias 24 a 27.09.89.

Brasília, 06 de setembro de 1989

ZILDA JORDÃO EMERENCIANO

PROCESSO Nº: 040.000.044/89
ASSUNTO: Requisição de Diárias nº 016/89-SEG
INTERESSADO: Ruy Xavier de Almeida

Nos termos da competência delegada pela alínea "F", da Portaria nº 003/85-SEG, e observando o disposto no artigo 5º do Decreto nº 10.200/87, Autorizo a concessão de 3 ½ (três e meia) diárias ao Assessor, Código LT-DAS-102.2, RUY XAVIER DE ALMEIDA, matrícula nº 30.746-7, no valor de NCz$ 320,74 (trezentos e vinte cruzados novos e setenta e quatro centavos), para atender as despesas com viagem a cidade de Vitória, para Participar do III Encontro de Profissionais de Recursos Humanos na Administração Pública, nos dias 24 a 27.09.89.

Brasília, 06 de setembro de 1989

ZILDA JORDÃO EMERENCIANO

Setor Residencial Indústria e Abastecimento — SRIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE AGOSTO DE 1989

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que lhe confere o disposto no Parágrafo único do artigo 10, do Decreto nº 4.903, de 13 de novembro de 1979,

RESOLVE:

CANCELAR o pagamento de Indenização de Transporte ao servidor EDÍCIO DE FIGUEIREDO ABATH JÚNIOR, matrícula nº 24.375-2, Engenheiro, Código LT-NS-710.C, Referência NS-21, da Tabela de pessoal do Distrito Federal, a partir de 14 de agosto de 1989.

Brasília-DF, 29 de agosto de 1989

ALEXANDRE GONÇALVES

Divisão de Administração Geral

Adicional da Lei nº 6732/79, de 04 de dezembro de 1979, DEFERIDO conforme discriminação no respectivo processo:
PROCESSO Nº: 00030.007789/84
INTERESSADO: VICTOR MANOEL PALMIERI
MATRÍCULA: 12172-X
DATA DESPACHO: 21.08.89, concedo mais 1/5 da diferença do DAI-111.3M, para o vencimento referência, a partir de 14.08.89, parcela item "e".

Brasília-DF, 28 de agosto de 1989

DOMINGOS CARLOS DE SABÓIA
Divisão de Administração Geral — ASRIA
Diretor

Administração Regional de Ceilândia

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE AGOSTO DE 1989.

O ADMINISTRADOR DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 09 de agosto de 1989, ROGÉRIO AMARAL, Engenheiro, matrícula 26.100.9, Código NS.710.A, Referência NS-08, da função de Diretor da Divisão de Obras Públicas da Administração de Ceilândia, Código LT-DAS-101.2, da Administração de Ceilândia da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Ceilândia, 25 de agosto de 1989.

JORGE ROBERTO FERREIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE AGOSTO DE 1989

O ADMINISTRADOR DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 09.08.89, NEMROD EBER DE OLIVEIRA FILHO, matrícula 30.266.5, para exercer a função de Diretor da Divisão de Obras Públicas, da Administração de Ceilândia, Código LT.DAS.101.2, da Administração de Ceilândia da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Ceilândia, 25 de agosto de 1989

JORGE ROBERTO FERREIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Política de Pessoal

PROCESSO Nº: 082.006.113/88
INTERESSADO: FEDF/GRUPO ESPÍRITA REGENERAÇÃO "O LAR DA INFÂNCIA"
ASSUNTO: CONVÊNIO
RELATOR: CELSIUS ANTÔNIO LODDER

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 - Aprovar a celebração do Convênio a ser firmado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Sociedade Obras Sociais do Grupo Espírita Regeneração "O Lar da Infância" nos termos da minuta constante às fls. 47/48, do presente processo, pelo prazo de 01 (um) ano a contar da data de sua assinatura:

2 - Recomendar que a Fundação Educacional do Distrito Federal apresente ao Conselho de Política de Pessoal proposta de regulamentação de cessão de servidores para fins de convênios com entidades particulares;

3 - Submeter a presente Resolução a homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 25 de agosto de 1989.
Presidente: JORGE CAETANO; Conselheiros: CELSIUS ANTÔNIO LODDER, FRANCISCO JOSÉ FREIRE, SALVANDIR FERREIRA DE LIMA, WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, ANTÔNIO BARBOSA, TERESA AMARO CAMPELO BESERRA.

HOMOLOGO

Brasília, 06 de setembro de 1989.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

PROCESSO Nº: 082.003.754/88
INTERESSADO: FEDF/SOCIEDADE CIVIL - JK
ASSUNTO: Convênio
RELATOR: CELSIUS ANTÔNIO LODDER

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 - Indeferir a matéria constante do presente processo, nos termos do voto do Relator;

2 - Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 25 de agosto de 1989.

Presidente: JORGE CAETANO; Conselheiros: CELSIUS ANTÔNIO LODDER, FRANCISCO JOSÉ FREIRE, SALVANDIR FERREIRA DE LIMA, WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, ANTÔNIO BARBOSA, TERESA AMARO CAMPELO BESERRA.

HOMOLOGO

Brasília, 06 de setembro de 1989.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

PROCESSO Nº: 111.001.813/88
INTERESSADO: TERRACAP
ASSUNTO: Criação de Órgãos de Auditoria Interna
RELATOR: CELSIUS ANTÔNIO LODDER

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal rejeitando, por maioria, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 - Indeferir a matéria constante do presente processo por falta de amparo legal;

2 - Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 25 de agosto de 1989.

Presidente: JORGE CAETANO; Conselheiros: CELSIUS ANTÔNIO LODDER, FRANCISCO JOSÉ FREIRE, SALVANDIR FERREIRA DE LIMA, WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, ANTÔNIO BARBOSA, TERESA AMARO CAMPELO BESERA

HOMOLOGO

Brasília, 06 de setembro de 1989

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

PROCESSO Nº: 082.000.401/88
INTERESSADO: FEDF/CENTRO ESPÍRITA "ADOLFO BEZERRA DE MENEZES"
ASSUNTO: Convênio
RELATORA: WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA.

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto da Relatora,

RESOLVE:

1 - Aprovar a celebração do Convênio a ser firmado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e o Centro Espírita "Adolfo Bezerra de Menezes", nos termos da minuta constante às fls. 50/51 do presente processo;

2 - Recomendar que a Fundação Educacional do Distrito Federal apresente ao Conselho de Política de Pessoal proposta de regulamentação de cessão de servidores para fins de convênios com entidades particulares;

3 - Submeter a presente Resolução a homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 25 de agosto de 1989

Presidente: JORGE CAETANO; Conselheiros: CELSIUS ANTÔNIO LODDER, FRANCISCO JOSÉ FREIRE, SALVANDIR FERREIRA LIMA, WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, ANTÔNIO BARBOSA, TERESA AMARO CAMPELO BESERRA.

HOMOLOGO

Brasília, 06 de setembro de 1989

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

Departamento de Administração de Pessoal

Divisão de Pessoal

Adicionais da Lei nº 6.732, de 05.12.79, DEFERIDOS, conforme discriminação nos respectivos processos:

PROCESSO Nº: 030.006455/88
INTERESSADO: AGENOR ROSA DE BRITO
MATRÍCULA: 17.023-2
DATA DESPACHO: 23.08.89

PROCESSO Nº: 030.02273/89
INTERESSADO: ELOYA ANDRADE DOS SANTOS
MATRÍCULA: 4.902-6
DATA DESPACHO: 29.08.89

PROCESSO Nº: 060.000665/89
INTERESSADO: DAVID JOSÉ COIMBRA
MATRÍCULA: 30.783-1
DATA DESPACHO: 30.08.89

PROCESSO Nº: 030.008720/89
INTERESSADO: NADYR GOMES NEVES
MATRÍCULA: 04.266-8
DATA DESPACHO: 22.08.89

PROCESSO Nº: 030.003359/88
INTERESSADO: EUGÊNIO RODRIGUES NEPOMUCENO
MATRÍCULA: 12.629-2
DATA DESPACHO: 23.08.89

PROCESSO Nº: 030.014.488/88
INTERESSADO: GERALDO PIO X. DE SALLES
MATRÍCULA: 3.937-3
DATA DESPACHO: 31.08.89

PROCESSO Nº: 030.006325/89
INTERESSADO: NIVALTER DA CUNHA LOPES
MATRÍCULA: 943-1
DATA DESPACHO: 30.08.89

PROCESSO Nº: 030.000098/88
INTERESSADO: HELENITA CORREIA MAIA AGUIAR
MATRÍCULA: 13.376-0
DATA DESPACHO: 25.08.89

PROCESSO Nº: 030.009895/89
INTERESSADO: HERMES DIAS DOS SANTOS
MATRÍCULA: 28.937-X
DATA DESPACHO: 24.08.89

PROCESSO Nº:030.004787/86
INTERESSADO: JOÃO DE DEUS ARAÚJO LIMA
MATRÍCULA: 11.576-2
DATA DESPACHO: 01.09.89

EUCLIDES DE ASSIS RIBEIRO
Divisão de Pessoal — DAP-SEA
Chefe

SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTARIA DE 01 DE SETEMBRO DE 1989.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi conferida pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 01 de agosto de 1984,

RESOLVE:

NOMEAR ORDENATO CÂNDIDO BORBA, Auditor Tributário, 1ª Classe, Padrão III, matrícula nº 07.386-5, integrante do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Tributação, Código DAS-101.2, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, a partir de 28 de agosto de 1989.

Brasília, 01 de setembro de 1989

OZIAS MONTEIRO RODRIGUES

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROCESSO Nº: 030.008757/89
INTERESSADAS: Lúcia Helena de Carvalho e Maria Lúcia Iwanow
ASSUNTO: Dispensa de Ponto.

AUTORIZO, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 9.355, de 31.03.86, a dispensa da assinatura de ponto das Professoras LÚCIA HELENA DE CARVALHO, MG-III-C-4, matrícula nº 79.634-4 e MARIA LÚCIA IWANOW, MG-III-C-4, matrícula nº 60.695-2, para exercerem, respectivamente, os mandatos de Secretária Geral e Secretária de Imprensa e Divulgação, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, no período de janeiro/89 a janeiro/91, eleitas durante o XXII Congresso realizado em Campinas-SP, em janeiro próximo passado.

Em 05.04.89.

JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI
Secretária da Educação
do Distrito Federal.

PROCESSO Nº: 030.008739/89
INTERESSADO: Valter Ney Valente
ASSUNTO: Liberação de Servidor.

AUTORIZO, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 9.355, de 31.03.86, a dispensa da assinatura de ponto do Professor VALTER NEY VALENTE, MG-III-C-2, matrícula nº 97.953-8, da Fundação Educacional do Distrito Federal, enquanto estiver exercendo o mandato de Secretário-Geral, da Central Única dos Trabalhadores, no Distrito Federal, eleito em Assembléia Geral do dia 07 de agosto de 1988.

Em 05.09.89

JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI
Secretária da Educação
do Distrito Federal

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

PORTARIA Nº 003 DE 11 DE SETEMBRO DE 1989.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais combinado com o disposto no artigo 10, do Decreto nº 5.248, de 26 de maio de 1989 e tendo em vista a Portaria nº 001/89-SSS, de 17 de março de 1989 que homologou o Regulamento da Feira de Artesanato da Torre de Televisão.

RESOLVE:

Revogar a Portaria nº 11/82-SSS de 18 de outubro de 1982.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 1989.

JOÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA E SOUZA

Diretoria Executiva

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE AGOSTO DE 1989.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

ELOGIAR o servidor EDUARDO CONFÚCIO DOS SANTOS, mat.

2303-5/SINE, pela dedicação, zêlo e efetiva contribuição prestada ao SINE/DF no exercício de suas funções.

Brasília, 31 agosto de 1989.

WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item VII da Instrução nº 033 de 19.05.86,

RESOLVE:

DESIGNAR, ANA LÚCIA BARRETO DE SENA SAMPAIO, Agente Administrativo, matrícula 6850-0/TEP, Referência NM-18, para substituir ROMILDO MEIRELES SANTOS, Secretário III da DRH, matrícula 6244-8/TEC, Símbolo EC-26, por motivo de férias no período de 11.09 a 11.10.89.

Brasília-DF, 04 de setembro de 1989

WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item VII da Instrução nº 033 de 19.05.86,

RESOLVE:

Designar o servidor CARLOS ALBERTO MENDES, como Executor Técnico do convênio celebrado entre esta Fundação e o JUIZADO DE MENORES DO DF, conforme Processo 101.000306/89.

Brasília, 04 de setembro de 1989.

WILLIAMS CAVALCANTE DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo Senhor Secretário através da Portaria nº 03, de 18 de fevereiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, a servidora CYRA MARIA ANDRADE VON SPERLING, Agente Administrativo, matrícula nº 12.262-9, Código SA.401.S, Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função de Assistente, Código DAI-112.3M, da Divisão de Licenciamento de Obras, do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal.

Brasília, 05 de setembro de 1989.

PAULO DE PAIVA FONSECA

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo Senhor Secretário através da Portaria nº 03, de 18 de fevereiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980, o servidor WILSON ANTONIO GONÇALVES DA SILVA, Artífice de Manutenção e Restauração de Veículos, matrícula nº 24366-3, Código LT-Art.502.C, Referência NM-17, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função de Assistente, Código DAI-112.3M, da Divisão de Licenciamento de Obras do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal.

Brasília, 05 de setembro de 1989.

PAULO DE PAIVA FONSECA

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Departamento de Serviços Públicos

CONCESSÃO DE TÍTULOS DE PERPETUIDADE

QUADRA: 108; JAZIGO 082; SETOR ''A''; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE: JOSÉ CANDIDO DE OLIVEIRA
REQUERENTE: JOSADAK PEREIRA DE OLIVEIRA

QUADRA: 504; JAZIGO 005; SETOR ''C''; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE: MARIA DO CARMO DE SOUZA SILVA
REQUERENTE: ALCEU FERNANDO SILVA

QUADRA: 504; JAZIGO 008; SETOR ''C''; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE: ALFREDO BRUNO DE ABREU MENESCAL
REQUERENTE: ROSICLER GREIFFO MENESCAL

QUADRA: 504; JAZIGO 245; SETOR ''C''; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE: ANA COELHO PIRES
REQUERENTE: ALTINA COELHO PIRES

QUADRA: 703; JAZIGO 165; SETOR ''C ''; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE: RITA BEZERRA DE MELLO
REQUERENTE: SEBASTIÃO BEZERRA DE MELLO

QUADRA: 806; JAZIGO 086; SETOR ''C''; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF
OCUPANTE: CÉLIA BEZERRA DE MELLO
REQUERENTE: SYLVIO RICARDO DE MELLO

QUADRA: 018; JAZIGO 118; SETOR "A"; CEMITÉRIO 5ª CIRCUNSCRIÇÃO SOBRADINHO-DF
OCUPANTE: MARIA DE FATIMA DE RODRIGUES DA SILVA OLIVEIRA
REQUERENTE: ROSIMAR RAPOZO DE OLIVEIRA

Brasília, 28 de agosto de 1989.

LAÍRES DE OLIVEIRA ZEIDAN
Deptº de Serviços Públicos
Diretora - Substituta

Serviço Autônomo de Limpeza Urbana — SLU

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 121 DE 04 DE SETEMBRO DE 1989.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores VALDECI CORREA SOUTO, CLAUDIO RACHID DIAS, JOSE NILTON RIBEIRO MENDONÇA, FRANCISCO DO NASCIMENTO FREITAS, ANTONIO CLAUDIO N. FONTENELLE, PEDRO LUIZ RENNÓ, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA, para sob a presidência do primeiro constituírem COMISSÃO responsável pela elaboração do Plano para Criação de um CPD, em conformidade com a sistemática adotada para a execução do Plano de Ação, resultante do Encontro do SLU.

Brasília, 04 de setembro de 1989.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 122 DE 04 DE SETEMBRO DE 1989.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

DETERMINAR a realização de PLANTÃO ESPECIAL, no dia 07.09.89, por parte da GERÊNCIA DE OPERAÇÕES, GERÊNCIA DE DESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS e GERÊNCIA DE TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS, a fim de executar a coleta de lixo no Plano Piloto e Cidades Satélites.

Brasília, 04 de setembro de 1989.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 123 DE 05 DE SETEMBRO DE 1989.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores MÁRCIO ANTÔNIO LUCAS MAURMO, ORDEVAL PEREIRA PASSOS, LILIAN BARBOSA LIMA ABOUDIB, JOSÉ RODRIGUES LIMA, WILSON GOMES DA COSTA, LOURIVAL BRITO DE CARVALHO, FRANCISCO AVELINO DE MELO, MARIA APARECIDA RACHID DIAS, ROMUALDO SOARES DE MENDONÇA, para sob a presidência do primeiro constituírem COMISSÃO responsável pela elaboração do Plano de Reestruturação do Serviço Médico e Odontológico, em conformidade com a

sistemática adotada para a execução do Plano de Ação, resultante do Encontro do SLU.

Brasília, 05 de setembro de 1989.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 124 DE 05 DE SETEMBRO DE 1989.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores ELIANA MATOSINHO S. DE ALMEIDA, FERNANDO A. FARIAS DE ALMEIDA, FRANCISCO AVELINO DE MELO, MÁRIO INÁCIO CRAVEIRO, NAPOLEÃO FILHO DE F. QUEIROZ, EXPEDITO APOLINÁRIO SILVAL, GERALDO BERNARDES DE CASTRO, MAURO MONTEIRO, AMADEU LOPES FONSECA, para sob a presidência do primeiro constituírem COMISSÃO responsável pela elaboração do Plano de Melhoria do Sistema de Transporte, em conformidade com a sistemática adotada para a execução do Plano de Ação, resultante do Encontro do SLU.

Brasília, 05 de setembro de 1989.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 125 DE 05 DE SETEMBRO DE 1989.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores ELIANA FILOMENA BARBOSA NICOLINI, LAÉRCIO ALTINO GOMES DE ANDRADE, ZELMA APARECIDA D. SILVA, LUIZ CARLOS VILENO DE SOUZA, JOSÉ BEZERRA DE SOUZA, ALFREDO MODESTO DA COSTA, JOÃO MARIA DE LEMOS KUZE, NOEL SOARES DA SILVA, PAULO HENRIQUE A. NASCIMENTO, para sob a presidência do primeiro constituírem COMISSÃO responsável pela elaboração do Plano de Reestruturação da Fiscalização, em conformidade com a sistemática adotada para a execução do Plano de Ação, resultante do Encontro do SLU.

Brasília, 05 de setembro de 1989.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 126 DE 05 DE SETEMBRO DE 1989.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores DORCAS FERREIRA DE ASEVEDO, ELIANA MATOSINHO S. DE ALMEIDA, MARIA DAS GRAÇAS M. LOPES, ARLINDO ABREU DOS SANTOS, GERUSA SABACK GURGEL, CÍCERO PAULINO SANTANA FILHO, HUMBERTO NOGUEIRA DE QUEIROZ NETO, FRANCISCO AVELINO DE MELO, VALTAIR FERNANDES DA SILVA, FRANCISCA MINAKO ARAKE MARTINS, JOSÉ RODRIGUES LIMA, ORLANDO BATISTA, para sob a presidência do primeiro constituírem COMISSÃO responsável pela elaboração do Plano de Valorização do Servidor, em conformidade com a sistemática adotada para a execução do Plano de Ação, resultante do encontro do SLU.

Brasília, 05 de setembro de 1989.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 127 DE 05 DE SETEMBRO DE 1989.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores FRANCISCA MINAKO ARAKE MARTINS, JOSÉ DOS SANTOS AYUB, HUMBERTO NOGUEIRA DE Q. NETO, DORCAS FERREIRA DE ASEVEDO, CARLOS ALBERTO DE LIMA, BENTA LOPES CARDOSO, VALDECI CORREA SOUTO, JOÃO MARIA DE LEMOS KUZE, GERUSA SABACK GURGEL, MARIA APARECIDA RACHID DIAS, para sob a presidência do primeiro constituírem COMISSÃO para viabilizar estudos com vistas ao Parcelamento do Desconto do Adiantamento de Férias, em conformidade com a sistemática adotada para a execução do Plano de Ação, resultante do Encontro do SLU.

Brasília, 05 de setembro de 1989.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 128 DE 05 DE SETEMBRO DE 1989.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores JOSÉ NILTON RIBEIRO MENDONÇA, TERESINHA BATISTA DE OLIVEIRA, DJALMA MENDES FERREIRA, ANTONIO CLAUDIO N. FONTENELLE, DORCAS FERREIRA DE ASEVEDO, ESTELA MARES RODRIGUES, ADALBERTO QUEIROZ ROURE, para sob a presidência do primeiro constituírem COMISSÃO para viabilizar estudos com vistas a Destinação da Receita Arrecadada pelo SLU, em conformidade com a sistemática adotada para execução do Plano de Ação, resultante do Encontro do SLU.

Brasília, 05 de setembro de 1989.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA DE 11 DE SETEMBRO DE 1989.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 8º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR, RUBENS NERES DOS SANTOS, Agente de Polícia, matrícula 12.498-2, Classe Especial, Padrão III, de exercer a função de Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle, Código DAI-111.3, da Divisão Técnica de Ensino da Academia de Polícia civil, a partir de 09 de agosto de 1989.

Brasília, 11 de setembro de 1989.

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

PORTARIA DE 11 DE SETEMBRO DE 1989.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 8º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR MANOEL AUGUSTO ALVES ARAÚJO, Agente de Polícia, matrícula 23.439-7, Classe Especial, Padrão I, para exercer a função de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, Código DAS-101.1, da Academia de Polícia Civil, a partir de 09 de agosto de 1989.

Brasília, 11 de setembro de 1989

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

Departamento de Administração Geral

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE SETEMBRO DE 1989.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "a", da Portaria nº 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos do artigo 1º, item I, da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, em consonância com o artigo 40, item III, § 1º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, observado o artigo 5º do Decreto-lei nº 1.776, de 17 de março de 1980, no cargo de Delegado de Polícia, 1ª Classe, Padrão VI, a SYNÉSIO FRANQUEIRO DA SILVA, matrícula nº 20.300-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens do artigo 2º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nº 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, da Gratificação por Operações Especiais, nos termos dos artigos 2º e 3º do Decreto-lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, combinados com o artigo 1º, da Lei nº 7.386, de 18 de outubro de 1985, e artigos 1º e 2º, do Decreto-lei nº 2.387, de 18 de de-

zembro de 1987, da Gratificação de Função Policial, nos termos do artigo 7º do Decreto-lei nº 2.239, de 28 de janeiro de 1985, da Gratificação instituída pelo artigo 1º, alínea "d", do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987, e da Indenização de Habilitação Policial Civil, nos termos do artigo 8º, item I, §§ 2º e 3º, do Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1985.

Brasília, 11 de setembro de 1989

ELI VALTER GIL FILHO

SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

PORTARIA Nº 12 DE 11 DE SETEMBRO DE 1989.

O SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 9.773, de 19 de setembro de 1976, artigo 13,

RESOLVE:

1 - Constituir Comissão destinada a analisar os processos de reassentamento de oficinas e pequenas indústrias na cidade de Planaltina, revogando inteiramente os termos da Portaria nº 10, de 22 de agosto de 1989.

2 - A Comissão de que trata o item anterior, terá como Presidente o Dr. JOÃO SCARANO, servidor da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Distrito Federal e será composto por membros das seguintes entidades e órgãos governamentais: SECRETARIA DO MEIO-AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE BRASÍLIA - FIBRA, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA representantes, SELMA MUNDIM GUIMARÃES e OSMAR DE OLIVEIRA, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PLANALTINA, representantes, ANTÔNIO ALVES CANJERANA e UBIRAJARA AZEREDO SOBRINHO, representante dos Oficineiros, RENE PEREIRA LEMOS; CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, representante, CAPITÃO CARLOS ALBERTO FERREIRA, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICA E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BRASÍLIA, representante, EVANDRO KALUME PIRES, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRA DE BRASÍLIA representante, CLÁUDIO DA COSTA VARGAS, COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA representante, ALUISIO DE CASTRO VILAR.

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Brasília-DF, 11 de setembro de 1989

ORLANDO ALVES GERTRUDES

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PORTARIA DE 11 DE SETEMBRO DE 1989.

O SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13, inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 9.908, de 20 de novembro de 1986,

RESOLVE:

Designar LESILEY LINA DE JESUS VELOSO, matrícula nº 25.312-X, Agente de Portaria, LT-TP-602.B, Referência NM-08, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, da Divisão de Divulgação da Secretaria de Comunicação Social do DF.

RENATO RIELLA

PROCURADORIA GERAL

PORTARIA GAB/PRG Nº 073 DE 06 DE SETEMBRO DE 1989.

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, alterado pelo Decreto nº 8.100, de 01 de agosto de 1984, e o disposto no artigo 2º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982,

RESOLVE:

DISPENSAR a Bacharel em Pedagogia, MARGARIDA NUNES CHAVES, Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, matrícula nº 08.335-6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função de Assessoramento Superior da Procuradoria Geral do Distrito Federal, a partir de 05 de setembro de 1989, por ter sido designada para exercer outra função.

Brasília, 06 de setembro de 1989

CÉLIO AFONSO DE ALMEIDA

TRIBUNAL DE CONTAS DO DF

ATA DA 2595a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Ao 1º dia do mês de agosto de 1989, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, JOEL FERREIRA DA SILVA e JOSÉ EDUARDO BARBOSA, a Conselheira-Substituta MARIA JOSÉ DA SILVA NEVES GADELHA, os Auditores OSVALDO RODRIGUES e FRANCISCO MARTINS BENVINDO e a Procuradora-Geral em exercício Dra. CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA, o Vice-Presidente no exercício da Presidência, Conselheiro GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 2594a. Sessão Ordinária.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PROCESSO Nº 2378/86 - Originário de relatório de inspeção programada levada a efeito na Fundação Cultural do Distrito Federal para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração financeira e patrimonial, em conformidade com o GIPLAN/86.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 217/242, considerando satisfatoriamente cumpridas as determinações contidas no Ofício GP nº 878/89; b) tomar conhecimento também do pedido de reconsideração formulado pelo Senhor MARLOS NOBRE para, no mérito negar-lhe provimento; c) acolher a proposta formulada no item IV do referido voto; d) dar ciência à Fundação Cultural do DF da nova redação do art. 60 do Ato Regimental nº 9/80, modificada pela Resolução nº 03/89.

PROCESSO Nº 1771/87 - Originário da NE nº 030/87-SEG e outras. Aos autos juntou-se expediente da Secretaria do Governo do Distrito Federal (O.E. nº 025/89-GAB/SEG) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte através do Ofício GP nº 223/89.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, apenas tomou conhecimento do citado expediente.

PROCESSO Nº 3653/87 - Com representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu reiterar à NOVACAP os termos do Ofício GP nº 136/89, concedendo àquela empresa 10 (dez) dias, para atendimento, alertando-a para as disposições dos artigos 59 e 60 do Ato Regimental nº 9/80.

PROCESSO Nº 3476/88 - Aposentadoria da servidora MARIA IGNÁCIA FONSECA MALHEIRO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 1419/89 - Contrato nº 006/89 e outros, celebrados entre o Banco de Brasília S/A e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, ao tomar conhecimento dos termos de contrato referenciados às fls. 89, reiterar ao BRB os termos do Ofício GP nº 137/89.

PROCESSO Nº 1913/89 - Ata da 189a. reunião e outras, de órgãos colegiados da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento.- O Tribunal, de acordo com o voto do relator, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, tomar conhecimento das atas de fls. 02/10; b) autorizar a inclusão deste processo em roteiro de inspeção a ser oportunamente realizada na empresa.

PROCESSO Nº 1920/89 - Ata da 77a. reunião e outras, de órgãos colegiados na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1935/89 - Ata da 9a. reunião e outras, de órgãos colegiados da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento das citadas atas e determinou a baixa dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2095/89 - Consulta formulada pelo Exmo. Sr. Secretário de Administração do Distrito Federal sobre orientação desta Corte quanto à continuidade dos trabalhos da Comissão de Tomada de

Contas Especial por ele instituída através da Portaria de 14 de abril último.- O Tribunal decidiu responder a consulta na forma proposta no voto do Relator a fls. 16.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOEL FERREIRA DA SILVA

PROCESSO Nº 2224/70 - Alteração do ato de reforma do Subtenente BM SEBASTIÃO IGNÁCIO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, revendo a decisão de fls. 75, considerou legal a concessão, para fins de registro , fazendo-se à 4a. Inspetoria de Controle Externo a recomendação indicada a fls. 127.

PROCESSO Nº 0985/75 - Alteração do ato de reforma do Primeiro-Sargento PM NOURIVAL DELPAÇO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, revendo a decisão de fls. 41, considerou legal a concessão, para fins de registro — fazendo-se à 4a. Inspetoria de Contrôle Externo a recomendação indicada a fls. 75.

PROCESSO Nº 3054/85 - Pensão militar concedida a CLÁUDIA PEIXOTO DA SILVA e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1335/88 - Contrato nº 713/87 e outros, celebrados entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e diversos. Aos autos juntou-se representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da NOVACAP, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu reiterar os termos do Ofício GP nº 671/89, concedendo à NOVACAP 10 (dez) dias para atendimento, alertando-a para as disposições dos artigos 59 e 60 do Ato Regimental nº 9/80.

PROCESSO Nº 1367/88 - Convênio nº 049/88 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional do Gama, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Aos autos juntaram-se expedientes da Secretaria de Finanças do DF e da Administração Regional do Gama (O.I. nº 286/89-SEF e O.I. nº 083/89-Gab/Adm/Reg., respectivamente) dando conta do atendimento de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos citados expedientes, considerando cumprida a determinação plenária do dia 23.05.89; b) determinar a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0772/89 - Aposentadoria do servidor AZIZ CONRADO HERINGER.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 0949/89 - Balancete da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, referente ao 4º trimestre de 1988.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado balancete e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1731/89 - Convênio nº 029/89 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras, com a interveniência da Companhia Imobiliária de Brasília, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento do ajuste e determinou a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1925/89 - Ata da 138a. reunião e outras, de órgãos colegiados do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das citadas atas e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para arquivamento.

PROCESSO Nº 2009/89 - NE nº 323/89-DPC/SEA e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas, determinando o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3374/87 - Tomada de contas especial realizada pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo pagamento irregular da complementação de proventos feito ao seu pessoal inativo. Juntou-se aos autos o resultado do cumprimento da diligência ordenada pela Corte na Sessão de 04.05.89.- Ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço e dando por cumprida a diligência, o Tribunal decidiu: a) por unanimidade, considerar cabível a tomada de contas especial versada nos autos; b) por maioria, com o voto de desempate do Presidente, nos termos do art. 38 do Regimento Interno, considerar devido aos bombeiros-militares reformados com base na Lei nº 4.328/64 o piso de proventos fixado no parágrafo único do art. 105 da Lei nº 5.906/73, observados os requisitos estabelecidos nesse dispositivo legal, pagando-se o complemento de provento daí decorrente mediante simples apostilamento, com efeito a partir da vigência desta última lei ou da data da inativação, se posterior, incidindo em qualquer caso a prescrição qüinqüenal; c) determinar o arquivamento dos autos; d) fazer à 4a. Inspetoria de Controle Externo a determinação indicada a fls. 127. Vencidos os Conselheiros FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE e JOSÉ EDUARDO BARBOSA, o primeiro pelas razões já expostas e transcritas na Ata da 2571a., de 04.05.89, no que foi acompanhado pelo segundo. Transcrevem-se a seguir, a pedido dos autores, o voto do Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA e o voto então proferido pelo Conselheiro-Substituto OSVALDO RODRIGUES, o qual, nesta oportunidade, face à sua desconvocação, transforma-se em proposta de decisão.

Voto proferido pelo Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA:

"Das duas questões postas a exame deste Egrégio Plenário entendo:

a) ser plenamente cabível a instauração da presente TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso III, da Lei nº 5538/68 c/c o artigo 36, parágrafo único, do Ato Regimental nº 9/80, razão pela qual endosso os doutos pronunciamentos exarados às fls. 116/127 (Conselheiro-Substituto OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA) e às fls. 129/133 (Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE), data venia da digna Representante da Procuradoria da Casa, Dra. CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA, que em seu Parecer de fls. 108/115 sustenta o não cabimento da referida TCE;

b) no que diz respeito a aplicabilidade da Lei nº 5906/73 a todos os reformados pela Lei nº 4.328/64, após analisar os diversos pronunciamentos constantes dos autos e à luz do ordenamento jurídico aplicável à espécie, cheguei à conclusão que a questão jurídica discutida nos autos está muito bem posta no respeitável voto proferido pelo Conselheiro-Substituto OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA, senão, vejamos:

Como se emerge dos autos, a divergência existente entre os doutos pronunciamentos exarados pela ilustre Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA e pelo digno Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, cujos posicionamentos divergem do proferido pelo Conselheiro-Substituto OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA, surge em decorrência do princípio tempus regit actum e face, segundo o nobre Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, inexistir na Lei nº 5.906/73 "dispositivo legal autorizativo, como fora feito em relação ao auxílio-invalidez e às gratificações previstas na citada lei (art. 130)".

Vê-se, portanto, que a questão em exame gira em torno da interpretação do ordenamento jurídico a ser aplicado ao caso em foco. Assim sendo, só nos resta buscar socorro na doutrina pátria, oque ora fazemos, acolhendo o magistério do insigne CARLOS MAXIMILIANO, in HERMENÊUTICA E APLICAÇÃO DO DIREITO, Revista Forense, 9a. Edição.

Vejamos, pois, alguns lecionamentos do insigne Mestre (sic):

"Não se encontra um princípio isolado, em ciência alguma; acha-se cada um em conexão íntima com outros... Cada preceito, portanto, é membro de um grande todo; por isso do exame em conjunto resulta bastante luz para o caso em apreço. Confronta-se a prescrição positiva com outra de que proveio, ou que da mesma dimanaram; verifica-se o nexo entre a regra e a exceção entre o geral e o particular , e deste modo se obtêm esclarecimentos preciosos. Já se não admitia em Roma que o juiz decidisse tendo em mira apenas uma parte da lei; cumpria examinar a norma em conjunto:... "é contra o Direito julgar ou emitir parecer, tendo diante dos olhos, ao invés da lei em conjunto, só uma parte da mesma"... Aplica-se modernamente o processo tradicional, porém com amplitude maior do que a de outrora: atende à conexidade entre as partes do dispositivo, e entre este e outras prescrições da mesma lei, ou de outras leis; bem como à relação entre uma, ou várias normas, e o complexo das idéias dominantes na época. A verdade inteira resulta do contexto, e não de uma parte..."

Preleciona, ainda, o digno Autor:

"Nada de exclusivo apego aos vocábulos. O dever do juiz não é aplicar os parágrafos isolados e, sim, os princípios jurídicos em boa hora cristalizados em normas positivas... Como o Direito envolve e a finalidade varia, altera-se o sentido das normas sem se modificar o texto respectivo; portanto a interpretação exclusivamente filológica é incompatível com o progresso. Conduz a um formalismo retrógrado; não tem a menor consideração pela desigualdade das relações da

vida, à qual deve o exegeta adaptar o sentido da norma positiva... O processo gramatical, sobre ser o menos compatível com o progresso, é o mais antigo (único outrora). "O apego às palavras é um desses fenômenos que, no Direito como em tudo mais, caracterizam a falta de maturidade e do desenvolvimento intelectual..."

No caso em exame, o simples fato da Lei nº 5.906/73 ter feito alusão expressa apenas às vantagens previstas no art. 130, não autoriza, por si só, a que venhamos inferir não ser aplicável aos reformados pela Lei nº 4.328/64 o todo da referida norma, porquanto o seu artigo 1º não diferencia os ativos dos que já se encontravam na inatividade e, também, face o caráter meramente enunciativo da expressão "incluídos os que já se encontram na inatividade", inscrita no aludido artigo 130 da Lei nº 5906/73, conforme já salientado pelo ilustre Conselheiro-Substituto OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA.

Outro aspecto que se deve ter em conta é o de que a Lei nº 5906/73 se constitui em um código específico, disciplinando toda a matéria e revogando as disposições em contrário. A esse respeito, vale trazer à colação mais um ensinamento do citado Autor (sic):

"Se a lei nova cria, sobre o mesmo assunto da anterior, um sistema inteiro, completo, diferente, é claro que todo o outro sistema foi eliminado. Por outras palavras: dá-se a ab-rogação, quando a norma posterior se cobre com o conteúdo todo da antiga..." (pág. 358, ob. citada).

No que tange ao princípio tempus regit actum, entendo, também, não ser o mesmo "absoluto ou incidente em toda e qualquer hipótese", mormente quando tal princípio deva ser aplicado para beneficiar o agente alvo da concessão, e não em seu detrimento, pois se assim fosse estar-se-ia violentanto a razão de ser do próprio princípio, emanado este que foi de outro maior, que é o do direito adquirido (art. 5º, XXXVI, CF).

Como se observa, não se trata de ser legal ou ilegal esta ou aquela posição que a E. Corte venha a tomar. Trata-se na verdade de INTERPRETAÇÃO. Esta pode ser RESTRITA ou LATA. Se a interpretação for restrita, prevalecerá o entendimento exposto pelo Nobre Cons. FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; se lata, vale o entendimento exposto pelo Exmo. Sr. Conselheiro-Substituto OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA.

Acredito que, se mais informações tivermos no processo, o julgamento da Corte será facilitado.

Por isto, proponho ao Egrégio Plenário diligência com prazo de 90 (noventa) dias, a fim de que o Corpo de Bombeiros do DF relacione quantos integrantes da Corporação, reformados pela Lei nº 4328/64, estão sendo beneficiados com a complementação de proventos prevista na Lei nº 5906/73. Da relação deve constar nome e patente do beneficiado, bem como, o valor da complementação paga.

Proponho ainda, com o propósito de ganhar tempo, que igual providência seja requerida da Polícia Militar do DF (Processo nº 2644/87, em apenso), tendo em vista que a posição a ser adotada para o Corpo de Bombeiros do DF há de ser, também, para aquela Corporação."

Voto proferido pelo então Conselheiro-Substituto OSVALDO RODRIGUES:

"Trata-se da tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros em cumprimento à determinação do Tribunal, tendo por objetivo apurar responsabilidades pelo pagamento considerado irregular de benefício a militares inativos.

A falha foi constatada em inspeção programada levada a cabo pela 4a. Inspetoria de Controle Externo e consiste no pagamento de complemento de proventos, previsto na Lei nº 5.906/73, a militares reformados com base na legislação anterior (Lei nº 4.328/64).

A relação dos beneficiários do procedimento é vista às fls. 31/34.

A Comissão de Tomada de Contas Especial, após analisar os fatos e documentação juntada aos autos, conclui que não houve erro por parte da Corporação quanto ao pagamento de remuneração aos bombeiros-militares reformados, podendo, no entanto, ser considerado como falha a não-retificação dos processos de reforma para enquadrá-los à Lei nº 5.906/73, ficando, todavia, a juízo da Corte o julgamento dos atos praticados.

Cumprida a diligência preliminar ordenada às fls. 49, a instrução de fls. 90/101, da 4a. Inspetoria, na forma do pronunciamento do Diretor da Divisão de Controle de Concessões Militares, após analisar a matéria, conclui por sugerir ao Tribunal a adoção das seguintes medidas:

"1º) a - Determinar de imediato a suspensão do complemento de provento aos reformados com proventos proporcionais ao tempo de serviço, pela Lei nº 4.328/64, cabendo-lhes somente o direito expresso no parágrafo único do artigo 147, do mesmo diploma legal, ou seja: o total dos proventos aí consideradas as cotas do soldo, mais a Gratificação de Tempo de Serviço e a Função Policial Militar Categoria "A", não podem ser inferior a 2/3 (dois terços) do soldo integral. O que ultrapassar esse teto deve ser cancelado.

b - Manter a integralidade do soldo para os militares que, reformados pela Lei nº 4.328/64, tiveram os seus proventos revistos com base no artigo 104, IV, da Lei nº 5.906/73, pelos motivos já declinados na instrução.

2º) - Autorizar a esta Diretoria que proceda a uma Inspeção Especial a fim de:

a) Tentar com a maior margem possível de acerto constatar o total da despesa paga, indevidamente, pois, quando autorizadas retroagiram à data de cada reforma.

b) Para ser justo, ao apontar as autoridades responsáveis sobre a ocorrência de tais fatos, é preciso junto ao Comando-Geral atual aferir o grau de responsabilidade imputável a cada uma das autoridades relacionadas a fls. 28 e 29."

O Ministério Público, no parecer de fls. 108/115, firmado pela ilustre Procuradora Dra. CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA, endossa a tese da não-aplicação da Lei nº 5906/73 aos militares inativados com base na Lei nº 4.328/64 e concorda com as sugestões alvitradas pela instrução às fls. 98 e 99.

Aborda ainda a digna representante do Ministério Público uma outra questão que é o não cabimento da tomada de contas especial no caso em exame. A esse respeito, socorrendo-se do parecer emitido pelo eminente Procurador (aposentado) Dr. JOSÉ GUILHERME VILLELA, no Processo nº 999/85, a propósito de caso semelhante, assim se manifesta a Dra. Procuradora:

"Compartilho pois, da tese defendida pelo eminente signatário da peça citada, no sentido de visualizar, no presente, que as diferenças encontradas, à título de má aplicação dos dispositivos legais mencionados, não ensejam a tomada de contas, porque não representam valores que faltam na conta deste ou daquele responsável pelos quais devessem diretamente responder. Trata-se de típico caso de falta administrativa, o que enseja, guardada a devida motivação legal, a correção meramente funcional, cuja esfera escapa da jurisdição desta Corte."

É o relatório.

V O T O

Antes de analisar a questão do complemento de proventos discutido neste processo, cumpre-me examinar a tese defendida pelo Ministério Público, consistente no não cabimento da tomada de contas no caso em focalização, sob o argumento básico de que os responsáveis pela concessão do benefício não têm contas ordinárias a prestar à Corte, sobretudo os dirigentes de pessoal.

De lege ferenda, creio que fatos como os que ora se examinam não deveriam ser objeto de instauração de tomada de contas especial, uma vez que se constituem em simples falha administrativa — se é que falha houve — decorrente de exegese diversa de legislação de pessoal, sem nenhuma evidência de dolo ou má-fé, aspectos esses que podem ser aferidos pela simples análise das normas legais confrontadas com os atos praticados.

Segundo a tese defendida pela ilustre representante do Ministério Público, que se apoia, como visto, em parecer do acatado Procurador (aposentado) Dr. JOSÉ GUILHERME VILLELA, foi indevida a instauração da tomada de contas no presente caso, porque, em resumo, nenhuma cota seria exigida dos administradores envolvidos, pois, da parte deles não houve quebra ou violação do dever de administração de dinheiro ou bens que lhes tivessem sido confiados.

Essa solução, data venia, parece não ser a que melhor se ajusta ao preceito contido no art. 33, inciso III, da Lei nº 5538/68, consoante o qual estão sujeitos à tomada de contas e só por ato do Tribunal poderão ser liberados de sua responsabilidade aqueles que derem causa à perda, subtração, extravio ou estrago de valores, bens e material do Distrito Federal ou pelos quais este seja responsável, a que se soma, naturalmente, as outras hipóteses de tomada de contas, previstas também nesse diploma legal (tesoureiros, odenadores de despesas e agentes de material).

Isso parece sugerir que, para ser exigida a tomada de contas, não é necessário que o dirigente ou servidor tenha sob a sua guarda bens ou valores públicos em ralação aos quais deva prestar contas. Basta apenas que ele, por ação ou omissão dolosa ou culposa, dê causa a evento de que decorra prejuízo ao patrimônio do Distrito Federal.

Dessarte, ainda que o agente não tenha conta a prestar ao Tribunal normalmente, a exigibilidade da tomada de contas especial, assim chamada pelo Ato Regimental nº 9/80, nasce com a ocorrência do prejuízo patrimonial.

É nesse sentido a disposição contida no art. 30, parágrafo único, do citado ato regimental, ao estabelecer que nos casos de perda, subtração, extravio ou estrago de bens e valores ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao patrimônio distrital a autoridade competente deverá instaurar tomada de contas especial.

Na espécie dos autos, a suposta aplicação irregular da legislação de pessoal — em concreto, o pagamento indevido do complemento de proventos — constituir-se-ia em evento danoso, dele resultando perda de valores, noutras palavras, prejuízo para o erário.

Conclui-se, portanto, que, à luz da legislação pertinente, temos a tomada de contas (anual) de quem deve prestá-la normalmente — como é o caso dos tesoureiros, ordenadores de despesas e agentes de material — e a chamada tomada de contas especial, a que todos os servidores e não-servidores estão sujeitos e cuja exigibilidade nasce com o surgimento de qualquer evento de que resulte prejuízo ao patrimônio público ou indício de alcance.

A exigibilidade desse procedimento especial — que pode ser considerado impróprio, em oposição à tomada de contas de quem tem a obrigação de prestá-las ordinariamente, a qual deveria denominar-se, só para efeito de distinção, tomada de contas extraordinária — ganhou foro constitucional, na nova Carta Política, que inclui na competência expressa do Tribunal de Contas da União o julgamento das "contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;" (art. 71, inciso II, in fine)

II

Passo a analisar a seguir a questão do complemento de proventos. A teor do OF GP Nº 1190/87, com a retificação contida no Of. nº 166/87-P, vistos por cópia às fls. 16/20, poder-se-ia imaginar que já teria havido decisão de mérito do Tribunal no tocante à caracterização do equívoco em que teria incorrido o Corpo de Bombeiros, ao conceder aos militares reformados com base na Lei nº 4.328/64 o complemento de proventos previsto no parágrafo único do art. 105 da Lei nº 5.906/73.

Essa ilação decorre do conteúdo da alínea "b" do segundo parágrafo do referido OF GP nº 1190/87, onde se determinou a sustação do pagamento do benefício em causa que estivesse sendo pago de modo indevido.

Não há nos autos informação acerca do efetivo cumprimento dessa determinação. Talvez não tenha havido nenhuma sustação de pagamento, visto que a corporação tem por devido o complemento questionado, o que é corroborado pelo entendimento da Comissão de Tomada de Contas Especial.

A instrução parece ter entendido também que o pagamento da complementação de proventos continua, já que sugere a sua imediata suspensão, como visto.

Desse modo, como não houve, a meu ver, cabal determinação para a sustação do pagamento da complementação de proventos em apreço, salvo se indevida, a matéria, no mérito, depende ainda de decisão final da Corte, o que me enseja adentrar em sua discussão, no atinente ao cabimento ou não da interpretação adotada pelo Corpo de Bombeiros, confirmada pela Comissão de Tomada de Contas Especial.

Segundo a tese defendida pela instrução, com o endosso do Ministério Público, a inaplicabilidade da Lei nº 5906/73 aos militares inativados com base na legislação anterior (Lei nº 4328/64) é uma decorrência do consagrado princípio tempus regit actum.

Com as vênias de estilo, permito-me dissentir desse ponto de vista, não por negar validade ao princípio colacionado, mas porque não o considero absoluto ou incidente em toda e qualquer hipótese.

Na espécie, vários pontos hão de ser levados em conta no deslinde da questão. A Lei nº 4328/64, que instituiu o Código de Vencimentos dos Militares (federais), aplicava-se aos policiais-militares e bombeiros-militares do Distrito Federal de forma receptiva, à falta de legislação local própria, de conformidade com o disposto no art. 2º do Decreto-lei nº 792, de 27 de agosto de 1969.

Uma vez editado o código de vencimentos específico para os bombeiros-militares desta unidade federada, corporificado na Lei nº 5906/73, a qual regula toda a matéria tratada na Lei nº 4328/64, não há falar, ao que imagino, na subsistência da aplicação desta última lei aos bombeiros-militares, porque aí incide o princípio hermenêutico segundo o qual a lei específica prevalece sobre a genérica. Além do que, com essa insubsistência, cumpre-se, no particular, a condição estabelecida no prefalado Decreto-lei nº 792/69, que mandou aplicar ao pessoal da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do DF a Lei nº 4.328/64 "até que Lei Especial venha regular seus vencimentos" (art. 2º).

A Lei nº 5.906/73, como diz o seu art. 1º, regula a remuneração dos bombeiros-militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, estando aí compreendidos, a meu ver, os militares da ativa e os que já estavam inativados, pois estes últimos não perderam a condição ou status de bombeiros-militares.

Há no seu texto sinalização objetiva que conduz a esse raciocínio. Refiro-me ao seu art. 130, expresso nestes termos:

"Art. 130 - O Auxílio-Invalidez e as gratificações previstas nesta Lei são devidas aos bombeiros-militares, incluídos os que já se encontram na inatividade, a partir da data da vigência desta Lei, sem direito à percepção de atrasados."

A expressão "incluídos os que já se encontram na inatividade", inserta nesse dispositivo, tem caráter meramente enunciativo, o que pressupõe a aplicação desse estatuto jurídico, por força do seu próprio contexto, a quem já estava aposentado quando do seu advento.

No meu ponto de vista, isso é elemento objetivo que afasta a incidência desse princípio quanto à aplicação da Lei nº 5.906/73 aos bombeiros-militares inativados com base na Lei nº 4.328/64.

Outro argumento de peso que se pode lançar é a circunstância de que a condição estabelecida pelo citado art. 2º do Decreto-lei nº 792/69 aplica-se também aos bombeiros-militares que já se achavam na inatividade, até porque a Lei nº 4.328/64 havia sido revogada de forma expressa pelo art. 198 do Decreto-lei nº 728/69 e posteriormente foi condicionalmente revigorada pelo DL 792, supramencionado.

Ora, se isso é verdadeiro, resulta impositiva a aplicação da Lei nº 5.906/73 aos bombeiros-militares inativados com base na Lei nº 4.328/64, visto que com aquela implementou-se a condição prevista no art. 2º do Decreto-lei nº 792/68.

Há que se ter presente também, como uma particularidade própria dos militares, que a legislação pertinente — incluída aí a a Lei nº 4.328/64 (art. 138 e parágrafos) — lhes confere na inatividade, de modo expresso, provento básico (soldo) idêntico ao do pessoal da ativa, do mesmo posto ou graduação, de sorte que, alterados os valores dessa parcela estipendiária isso repercute automaticamente no que toca aos inativos.

A propósito ainda do princípio tempus regit actum, diria eu que ele foi erigido em obséquio a um outro princípio maior, expressamente consagrado na Constituição Federal, que é o do direito adquirido, pelo que aquele milita muito mais em favor dos beneficiários dos atos de concessão do que contra os seus interesses.

Em relação especificamente aos inativos, o grande óbice que se contrapunha a uma maior flexibilidade do enfocado princípio era a vedação contida no § 2º do art. 102 da Carta Magna precedente. Mas ainda assim esse obstáculo foi sensivelmente minimizado pela jurisprudência administrativa prevalente, em especial a firmada pelo TCU, onde consagrou-se o entendimento segundo o qual o termo de comparação para observância do limite constitucional referido é a remuneração percebida pelos ocupantes, em atividade, de cargo idêntico, assemelhado ou correlato (Súmula 154), critério esse que, afinal, foi consagrado na Lei nº 6.701/79.

Demais disso, convém registrar que a Lei nº 5906/73, ao fixar o provento mínimo equivalente ao soldo de posto ou graduação da ativa, atingido na inatividade, em termos de ordenamento jurídico, não fez qualquer inovação na matéria, dado que a regra do parágrafo único do seu art. 105 é uma mera cópia, com restrição — diga-se — do parágrafo único do art. 140 do Decreto-lei nº 728/69, que instituiu o novo Código de Vencimentos dos Militares (federais).

Por tudo isso, tenho que a questão da aplicação ou não da Lei nº 5.906/73 aos bombeiros-militares que já se encontravam em inatividade deve ser resolvida sob uma visão menos restrita, uma vez que não se trata de lei isolada, dispondo sobre esta ou aquela vantagem instituída em prol desses militares, mas sim de um código específico, regulando toda a matéria, ao tempo em que revoga as disposições em contrário, pelo que reputo juridicamente razoável a interpretação adotada pelo Corpo de Bombeiros no tocante à aplicação desse diploma legal aos bombeiros-militares inativados com fundamento na Lei nº 4328/64.

Finalmente, ouso dizer que as revisões de proventos desses militares fundadas na Lei nº 5906/73, em decorrência de agravamento de doença motivadora da reforma e cuja legalidade vem sendo reconhecida pelo Tribunal, como se noticia às fls. 82 e seguintes, corroboram a tese da aplicabilidade dessa lei aos bombeiros que já estavam reformados quando do seu advento. Assim penso porque, se é a lei do tempo da concessão que rege a situação desses militares, o superveniente agravamento da moléstia não altera, segundo penso, o seu regime jurídico, dado que essas mesmas revisões poderiam ser feitas com base na lei antiga, que também contempla o militar inválido com melhores proventos.

De outra parte, ainda que se viesse concluir pela irregularidade do pagamento da complementação de proventos, esse erro de interpretação se me afiguraria escusável, pelo que não caberia a responsabilização dos dirigentes do Corpo de Bombeiros, bem como a devolução do indébito, eis que recebido de boa-fé pelos beneficiários. É nesse sentido a orientação administrativa dominante.

Por derradeiro, importa registrar que, segundo informação colhida junto à 4a. ICE, o entendimento que conclui pelo não-cabimento do complemento de provento vem sendo adotado em relação aos policiais militares, regidos por legislação específica, de idêntica formulação, o que ensejará o reexame da matéria, caso acolhida pelo Tribunal a tese aqui defendida.

III

Ante todo o exposto, em conclusão, no tocante ao cabimento ou não da presente tomada de contas especial, instaurada por determinação do Tribunal, sou pela afirmativa, a teor do que estabelece o art. 33, III, da Lei nº 5538/68, em combinação com o art. 36, parágrafo único, do Ato Regimental nº 9/80.

No que se refere ao complemento de proventos discutido nos autos, decorrente do piso estabelecido no parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 5.906/73, entendo ser ele devido aos bombeiros-militares reformados sob a égide da Lei nº 4.328/64, nas condições estabelecidas no citado dispositivo legal.

Diante isso, dissentindo da instrução e do parecer do Ministério Público, voto por que o Eg. Tribunal, ao conhecer do resultado das apurações contidas nesta tomada de contas especial:

a) considere devido aos bombeiros-militares reformados com base na Lei nº 4.328/64 o piso de proventos fixado no parágrafo único do art. 105 da Lei nº 5906/73, observados os requisitos estabelecidos nesse dispositivo legal, pagando-se o complemento de provento daí decorrente mediante simples apostilamento, com efeito a partir da vigência desta última lei ou da data da inativação, se posterior, incidindo em qualquer caso a prescrição qüinqüenal.

b) determine o arquivamento dos autos.

Voto mais por que se determine à 4a. Inspetoria a reinstrução do processo (piloto), referente à Polícia Militar, em que se decidiu pelo não-cabimento do enfocado complemento de proventos, previsto, com semelhante formulação, na Lei nº 5.619/70, no atinente aos policiais militares inativados com fundamento na Lei nº 4.328/64."

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 1529/87 - Atas das 2169a. a 2174a. reuniões da Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Aos autos juntou-se representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da NOVACAP, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu reiterar os termos do Ofício GP nº 135/89, concedendo à NOVACAP o prazo, improrrogável, de 10 (dez) dias para atendimento, alertando-a para as disposições contidas nos artigos 59, 60 e 62 do Ato Regimental nº 9/80.

PROCESSO Nº 2639/88 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora CLEYDE FERNANDES AFONSO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou nova diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 3157/88 - Aposentadoria do servidor GERALDO LEITE DE PÁDUA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 3309/88 - Aposentadoria da servidora MARIA DAS GRAÇAS LOPES BARBOSA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 0058/89 - Pensão especial concedida à Senhora JOSEFA RIBEIRO DE BRITO DIAS e outro.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório — fazendo à Secretaria de Administração do Distrito Federal a recomendação indicada no referido voto a fls. 65.

PROCESSO Nº 0991/89 - Pensão especial concedida à Senhora ANA DE OLIVEIRA SILVA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1453/89 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento - ASRIA para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/89.- O Tribunal, ao tomar conhecimento do resultado da inspeção, decidiu fazer à ASRIA as determinações indicadas no voto do Relator a fls. 24.

PROCESSO Nº 1914/89 - Ata da 902a. reunião e outras, de órgãos colegiados da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das atas e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para o fim indicado na alínea b de fls. 10.

PROCESSO Nº 2008/89 - NE nº 031/89-SFi/SEA e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1961/88 - Contrato nº 015/88 e outro, celebrados entre a Companhia de Eletricidade de Brasília S/A e diversos.- Aos autos juntaram-se documentos da CEB (Carta nº 243/89-PRE e outros documentos) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal decidiu acolher as propostas formuladas no voto do Relator.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA-SUBSTITUTA MARIA JOSÉ GADELHA

PROCESSO Nº 1418/86 - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 51 de Ceilândia. Juntou-se aos autos representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Fundação Educacional, de diligência determinada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) fazer à FEDF a determinação indicada na alínea a do referido voto a fls. 50; b) ordenar a aplicação da multa prevista no art. 59 do Ato Regimental nº 9/80, correspondente a um MVR, ao(s) responsável(is) pelo não cumprimento da decisão plenária do dia 15.12.1988.

PROCESSO Nº 1703/86 - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. Aos autos juntou-se representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Fundação Educacional, de determinação da Corte. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu determinar à Fundação Educacional, que encaminhe, imediatamente, a esta Corte o processo nº 003929/86-FEDF, contendo o cumprimento da diligência referida no Ofício GP nº 1223/88.

PROCESSO Nº 3194/86 - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 073-006491/86.- O Tri

bunal, de acordo com o voto da Relatora, tomando conhecimento dos resultados de inspeção realizada na FZDF, decidiu pelas sugestões alvitradas a fls. 54.

PROCESSO Nº 1090/87 (apenso: processo nº 2824/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Centro Educacional 01 do Guará;

PROCESSO Nº 2271/87 - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075-000106/87;

PROCESSO Nº 3121/87 (apenso: processo nº 2004/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 073-0006235/87.

- O Tribunal, de acordo com os votos da Relatora, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 1297/87 - Com representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não encaminhamento, por parte da Fundação Educacional do Distrito Federal, da tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 10 de Taguatinga.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu reiterar os termos do OF. GP nº 757/89, concedendo à FEDF 10 (dez) dias para atendimento, alertando-a para as disposições dos arts. 59 e 60 do Ato Regimental nº 9/80.

PROCESSO Nº 2902/87 - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo de nº ..... 095-002022/87. Aos autos juntou-se representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da TCB, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu reiterar os termos do item 02 do Ofício GP nº 571/89, concedendo à TCB 10 (dez) dias para atendimento, alertando-a para as disposições dos arts. 59 e 60 do Ato Regimental nº 9/80.

PROCESSO Nº 3055/87 (apenso: processo nº 0262/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Educacional 03 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, dar por bem cumprida a diligência transmitida através do OF. GP nº 039/89; b) autorizar a inclusão dos autos em futuro roteiro de inspeção.

PROCESSO Nº 0329/88 (apenso: processo nº 1240/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Ensino de 1º Grau 09 do Gama.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados de inspeção realizada na FEDF, determinando a baixa na responsabilidade dos servidores nominados a fls. 23; b) ordenar o arquivamento do processo.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO Nº 0245/88 (apenso: processo nº 1977/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado na Escola-Classe 35 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ofício de fls. 47 do apenso e das providências aí noticiadas, dando por cumprida a diligência a que se refere o OF. GP nº 359/80; b) determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para o fim indicado na alínea c da decisão de fls. 18.

PROCESSO Nº 0584/88 (apenso: processo nº 2353/88) - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075-000031/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, com relevação da falha alusiva ao atraso verificado na entrega desta tomada de contas, considerar atendida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 390/89; b) ordenar, nos termos do art. 56 do Ato Regimental nº 9/80, a citação dos servidores nominados a fls. 32 para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa ou, recolherem, desde logo, o valor atualizado do débito que lhes é imputado nos autos.

PROCESSO Nº 0833/88 (apenso: processo nº 2358/88) - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075-000213/86.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, relevando a falha apontada na instrução; b) determinar a baixa na responsabilidade do servidor nominado no certificado de auditoria de fls. 76 do apenso, cabendo à SAB absorver o prejuízo havido; c) ordenar o arquivamento do presente processo.

PROCESSO Nº 0941/88 (apenso: processo nº 0182/89) - Tomada de contas especial realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 072-000011/88.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 60 (sessenta) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 36.

PROCESSO Nº 1676/88 (apenso: processo nº 1975/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 061-000487/87.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 2077/88 (apenso: processo nº 3535/88) - Tomada de contas especial realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria - Geral, decidiu: a) relevando, em caráter excepcional, a falha apontada na instrução, tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço; b) ordenar, nos termos do art. 56 do Ato Regimental nº 9/80, a citação do servidor nominado na referida proposta a fls. 17 para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa ou, recolher, desde logo, o valor atualizado do débito que lhe é imputado nos autos.

PROCESSO Nº 2374/88 (apenso: processo nº 3456/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Box de Emergência do Hospital Regional de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço; b) considerar a servidora nominada na referida proposta quite com a Fundação Hospitalar no tocante ao que se apurou nesta tomada de contas especial; c) determinar o arquivamento do presente processo.

PROCESSO Nº 2629/88 (apenso: processo nº 0090/89) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 061-023068/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, tomando conhecimento do resultado das apurações constantes do presente processo, ordenou, nos termos do art. 56 do Ato Regimental nº 9/80, a citação do servidor nominado na referida proposta para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa ou, recolher, desde logo, o valor atualizado do débito que lhe é imputado nos autos.

PROCESSO Nº 2700/88 (apenso: processo nº 3217/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, tomando conhecimento do resultado das apurações em apreço, ordenou, nos termos do art. 56 do Ato Regimental nº 9/80, a citação dos servidores nominados na referida proposta para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa ou, recolherem, desde logo, o valor atualizado do débito que lhes é imputado nos autos.

PROCESSO Nº 0678/89 - Representação nº 01/89 do Conselheiro-Substituto OSVALDO RODRIGUES a respeito da concessão de adicional por tempo de serviço (qüinqüênio) a servidores celetistas do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) considerar destituída de amparo legal a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores

celetistas dos Departamentos de Estradas de Rodagem e de Trânsito do Distrito Federal, ordenando, em conseqüência, a imediata cessação do respectivo pagamento; b) dispensar, em caráter excepcional, a reposição das parcelas percebidas de boa-fé pelos servidores beneficiários da medida; c) oficiar ao Excelentíssimo Senhor Governador a respeito da presente decisão.

PROCESSO Nº 0234/88 - Tomada de contas especial realizada para apurar possíveis irregularidades na prestação e pagamento de horas extras efetuado pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, nos exercícios de 1986 e 1987.- O Tribunal decidiu na forma proposta pelo Relator às fls. 411, com o acréscimo proposto pelo Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE no sentido de que o processo seja encaminhado ao setor próprio desta Casa, a fim de que as conclusões da presente tomada de contas especial também sejam consideradas quando do exame das prestações de contas do administrador responsável pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana - SLU, referentes aos exercícios financeiros pertinentes.

RELATADOS PELO AUDITOR FRANCISCO MARTINS BENVINDO

PROCESSO Nº 1033/86 (apenso: processo nº 2569/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Educação para o Trabalho - CET/Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, e relevando a falha apontada na instrução, decidiu: a) tomar conhecimento da defesa de fls. 24 para, no mérito, dar-lhe provimento, considerando o seu signatário, neste caso, quite com a Fundação Educacional do DF; b) autorizar a baixa na respectiva responsabilidade inscrita (fls. 64-apenso); c) determinar o arquivamento deste processo.

PROCESSO Nº 2527/86 (apenso: processo nº 2437/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 073-005229/86.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 72/73, considerando cumprida a determinação contida no Ofício GP nº 220/89; b) fazer à FZDF a determinação indicada na alínea b da referida proposta a fls. 53.

PROCESSO Nº 0717/87 (apenso: processo nº 2619/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 073-000953/87.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 55/61 - apenso, considerando, em caráter excepcional, cumpridas as determinações transmitidas através dos Ofícios GP de nºs 523/87 e 1467/88; b) autorizar a baixa na responsabilidade do servidor arrolado no Certificado de Auditoria de fls. 42 do apenso; c) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2136/87 - Tomada de contas especial realizada pela Administração de Ceilândia para apurar responsabilidades pelas irregularidades apontadas nos Relatórios de Auditoria de nºs 006 e 007/87-DPA-SEF. Aos autos juntaram-se documentos da Secretaria do Governo do Distrito Federal (O.E. nº 033/89-GAB/SEG e outros documentos) dando conta do atendimento de diligência determinada pela Corte. - O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos citados documentos, considerando parcialmente cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 409/88; b) reiterar à Secretaria do Governo o teor da alínea b da referida proposta a fls. 423, bem como o esclarecimento indicado na alínea c da mesma proposta; c) determinar a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2159/87 (apenso: processo nº 3106/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 101-001847/87.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) nos termos do art. 56, § 4º, do Ato Regimentaln º 9/80, considerar em débito com a Fundação do Serviço Social o servidor nominado a fls. 32; b) observado o disposto no artigo 110 do Regimento Interno, autorizar sua notificação, para recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor do débito devidamente atualizado na forma do Parágrafo Único do art. 57 do Ato Regimental nº 9/80; c) determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0112/88 (apenso: processo nº 0946/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem verificado na Escola-Classe Candangolândia.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) nos termos do art. 56, § 4º, do Ato Regimental nº 9/80, considerar o servidor nominado a fls. 14 em débito com a Fundação Educacional do DF pelo valor originário de Cz$ 7.736,35 (janeiro/88); b) observado o disposto no art. 110 do Regimento Interno, ordenar a sua notificação para recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, referido valor devidamente atualizado (art. 57, parágrafo único, do Ato Regimental nº 9/80); c) determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0151/88 - Contrato nº 1782/88 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma ENGESOLO S/A. - O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar o processo, em caráter excepcional, ao douto Ministério Público, ainda que não tenha sido observado o disposto no art. 63 do Ato Regimental nº 9/80.

PROCESSO Nº 0955/88 - Convênio nº 027/88 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- Aos autos juntaram-se documentos da NOVACAP (O.I. nº 302/89-PRES e outros documentos) dando conta do atendimento de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomando conhecimento dos citados documentos e dos resultados da 3a. etapa de fiscalização e controle da execução do ajuste, considerar parcialmente cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 402/89; b) determinar nova diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na alínea b da referida proposta a fls. 121.

PROCESSO Nº 1773/88 - Com o Ofício nº 791/89-CBMDF, através do qual o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para a entrega da tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pela emissão de empenhos para ocorrer a despesas com reparos de bens não tombados pela Corporação.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) em caráter excepcional, tomar conhecimento do citado expediente, considerando prorrogado o prazo, na forma solicitada; b) fazer ao CBDF a recomendação indicada na alínea b da referida proposta a fls. 25; c) determinar a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2900/88 (apenso: processo nº 3574/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Núcleo de Almoxarifado Central.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) ordenar, nos termos do art. 56 do Ato Regimental nº 9/80, a citação do servidor nominado a fls. 13 para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa ou, recolher, desde logo, o valor atualizado do débito que lhe é imputado nos autos; b) determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3485/88 - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo de nº .... 050.003392/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento das apurações em apreço; b) considerar o servidor nominado a fls. 38, neste caso, quite com a Fazenda Pública do Distrito Federal; c) fazer à Secretaria de Finanças a determinação indicada na alínea c da referida proposta a fls. 59; d) ordenar o arquivamento do processo.

Nada mais havendo a tratar, às 17:50 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, EDILSON BORBA SANTOS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditores e Procurador-Geral.

GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
JOEL FERREIRA DA SILVA
JOSÉ EDUARDO BARBOSA
MARIA JOSÉ DA SILVA NEVES GADELHA
OSVALDO RODRIGUES
FRANCISCO MARTINS BENVINDO
CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA

Edilson Borba Santos
Secretário das Sessões

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

DISTRITO FEDERAL

01 CONTRATO Nº 08/89 DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

CONTRATANTES
02 1º DISTRITO FEDERAL /SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E FINANÇAS.
02 SANTA HELENA URBANIZAÇÃO E OBRAS LTDA.

03 PROCESSO	04 DATA ASSINATURA	05 PRAZO DA OBRA	06 VALOR Cr$
30.007915/89	31.08.89	60 DIAS CORRIDOS	NCZ$ 58.214,00

07 OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

1 - Pelo presente instrumento, obriga-se a CONTRATADA a executar para o Distrito Federal, através das Secretarias de Serviços Públicos e Finanças, sob o regime de empreitada por preço unitário, a pavimentação em placas de concreto pré-moldadas, rejuntadas com grama, no Cemitério Sul do Plano Piloto-DF.

2 - O valor do presente contrato é reajustável, na forma do item 3.1.2 do Edital nº 004/89-CEL/SSP constante do processo supracitado.

3 - Fica designada a Divisão de Serviços Públicos, do Departamento de Serviços Públicos-DSP/SSP, como EXECUTORA do presente ajuste.

08 VALOR POR EXTENSO	09 VISTO PARA PUBLICAÇÃO
NCZ$ 58.214,00 (cincoenta e oito mil, duzentos e catorze cruzados novos).	

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA SECRETARIA DE FINANÇAS.

11 PROJETO/ATIVIDADE.
1.068-FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO/FUNDEFE.

12 ELEMENTO DE DESPESA	13 FONTE DE RECURSOS
4.3.1.3 - 01.	00 - ORDINÁRIOS.

NOTA DE EMPENHO

14 NUMERO	15 VALOR Cr$
384/89-SEP	NCZ$ 58.214,00

16 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONVITE.

17	18 CAUÇÃO INICIAL	19 REFORÇO DE CAUÇÃO
	NCZ$ 1.164,28	

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONTRATANTES

DISTRITO FEDERAL

21 WADJO DA COSTA GOMIDE, Secretário de Serviços Públicos
OZIAS MONTEIRO RODRIGUES, Secretário de Finanças
Delegação de competência contida no artigo 15 do decreto nº 11.407, de 30/12/1988.

22 CONTRATADA
DELORGES ALOIZE FAVORI

TESTEMUNHAS

23 1a. ROSEMAR MOREIRA RIBEIRO

24 2a. EMANUEL BRASILIANO DA HORA.

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

SECRETARIA DO GOVERNO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

AVISO

EDITAL Nº 02/89-RA-III - TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ESTACIONAMENTOS NOS SETORES CNH 1, QI 1, ENTRE QUADRA QND 26/41, ESCOLA CLASSE 27 - QNF, QNA 52 PROJEÇÃO "A", ENTRE QUADRAS CSB 5 E QSB 9/10.

DATA: 02.10.89
HORÁRIO: 09:00 horas.

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, torna público para conhecimento dos interessados, que na data e horário acima indicados, no Auditório do Edifício sede da Administração Regional de Taguatinga, situado à Área Especial nº 01 (Praça do Relógio) Setor Central, reunir-se-á a Comissão Julgadora a fim de receber documentação e propostas de interessados na execução das obras objeto do presente Edital.

Cópias do Edital poderão ser obtidas na Divisão de Administração Geral da Administração Regional de Taguatinga, ao valor de NCz$ 35,00 (trinta e cinco cruzados novos) no horário de 08h30min. às 11h30min. e 14h30min. às 17h30min., cujo valor será recolhido nas Agências do Banco de Brasília S/A - BRB, através do documento de arrecadação - DAR.

Taguatinga-DF., 06 de setembro de 1989

JAIR FERREIRA MORGADO
Diretor/DAG/RA-III

(Dias 12, 13 e 14)

SECRETARIA DO GOVERNO

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL CODEPLAN

AVISO

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº: 014/89
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO NÚCLEO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA CAESB.

ADIAMENTO

Fica a presente Tomada de Preços adiada para

DATA: 27.09.89
HORÁRIO: 09:30 horas
LOCAL: SAI-N, PROJEÇÃO "H", TÉRREO, ED. SEDE DA CODEPLAN
EDITAL: Encontra-se afixado no quadro de aviso da CODEPLAN, no endeteço acima citado Cópias poderão ser adquiridas mediante recolhimento prévio, na tesouraria, da importância de NCz$ 500,00 (quinhentos cruzados)

CARLOS ALBERTO CATANHEDE
Presidente da Comissão
Especial de Licitação.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE DE POLÍCIA

EDITAL Nº 075/89 - IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante nos Editais nºs 105/87 - IDR, publicado no DODF nº 101 de 02/06/87 e 027/89 - IDR, publicado no DODF nº 116 de 21/06/89, torna público o Resultado Final do Concurso Público para Agente de Polícia - Grupo III.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO		NOME DO CANDIDATO	MÉDIA CLASSIFIC.	
2591-7		JOSE MESSIAS ALVES	98.00	1º
0754-4		JOSE NORBERTO ABRITTA FERREIRA	98.00	2º
0490-1		PAULO ROBERTO DOS SANTOS TEIXEIRA	96.25	3º
0696-3		NEWTON LUCINDO DE FRANCA	96.00	4º
0627-1		EDIMAR GOMES MAGALHAES	94.25	5º
4360-5		RONALDO ARAUJO DA SILVA	93.50	6º
3591-2		BENEDITO DIAS DOS SANTOS	93.50	7º
0530-4		JOAO LUIS RODRIGUES NERES	93.25	8º
5146-2		ORLANDO GAVIANO	93.25	9º
1020-1		OZORIO MACHADO DA COSTA	93.00	10º
4467-9		DAVID BONFIM FLORINDO	92.75	11º
6553-6		MARCO AURELIO DE ANDRADE	92.50	12º
4931-0		ANTONIO SERGIO XAVIER	92.25	13º
3258-1		ALANCRECIO DO NASCIMENTO LEDES	92.25	14º
0466-9		CARLOS EDUARDO MOSLAVES	91.75	15º
3124-1		ANDRE LUIZ NEIVA RIZZO	91.75	16º
2704-9	(*)	CARLOS MARK GOMES DA SILVA	91.50	17º
2280-2		CARLOS ALBERTO GUEDES JUNIOR	91.50	18º
0001-9		JOATAN LUSTOSA GAMA	91.25	19º
0372-7		ADVAL CARDOSO DE MATOS	91.25	20º
6353-3		MARCO ANTONIO BRITO MEIRELES	91.25	21º
3962-4		CARLOS ROGERIO SILVEIRA DE SOUZA	91.00	22º
3237-9		CARLOS ROBERTO BARROS	91.00	23º
0526-6		ATHENEU DE SOUZA COSTA JUNIOR	91.00	24º
0167-8		JOSE WILSON FERREIRA LIMA	91.00	25º
0988-1		MARCIO PEREIRA DA SILVA	91.00	26º
3392-8		RONALDO MENDES FIGUEIREDO	91.00	27º
4219-6		ANTONIO CARLOS RIBEIRO COELHO	90.75	28º
4056-8		ANTONIO LOURENCO NETO	90.50	29º
6041-1		PAULO DA SILVA PINA	90.00	30º
0623-8		CARLOS ROBERTO DA CUNHA MELO	90.00	31º
5596-4	(*)	RICADO BERNARDES RODRIGUES	89.75	32º
3211-5		JOAO CARLOS CAETANO LOPES	89.75	33º
1074-0		ANDRE LUIS DE JESUS SOUSA E SOUSA	89.50	34º
0605-0		CARLOS GROBERIO SCHIMIDT	89.50	35º
0585-1		MAURICIO ANTUNES MADUREIRA	89.50	36º
0119-8		JOSE ILMO PIRES FACUNDO	89.50	37º
3264-6		JOAO ANTONIO BEZERRA DO NASCIMENTO	89.25	38º
4482-2		CARLOS ROBERTO IVO SILVA	89.25	39º
0606-8		MARCOS RODRIGUES DA COSTA	89.00	40º
0794-3		JOSE EMIVALDO GOMES DE AGUIAR	89.00	41º
3903-9		JOAO DIVINO DA SILVA	89.00	42º
3034-1		JOSE SILVIO DE PAIVA	89.00	43º
0476-6		MILTON DIAS DA SILVA	89.00	44º
3790-7		OSCAR ABRAHAM NETO	88.75	45º
6525-1		MARCOS FERNANDES	88.50	46º
0496-1		JOAO BAPTISTA DOS SANTOS NETO	88.50	47º
3001-5	(*)	REGINALDO GONCALVES DE SOUZA	88.25	48º
4900-0		JOAO NETO DE OLIVEIRA	88.25	49º
3563-7		JADER GLAYDSON BARCELOS BRITO	88.25	50º
0081-7		JOSE VALMIR FERREIRA	88.25	51º
4241-2	(*)	ARUDA PIRES LIMA	88.25	52º
0488-0		ANGELINA MARIA SMITH MARQUES	88.25	53º
4816-0		LAERTE NUNES FERREIRA	88.25	54º
1204-1		EDSON FERREIRA MENDES	88.25	55º
5195-1		EDUARDO BATISTA COSTA DE OLIVEIRA	88.00	56º
1278-5		JOSE ALEXANDRE BARBOSA DE SOUSA	88.00	57º
2554-2		CARLOS ALBERTO DOURADO BARRETO	88.00	58º
0220-8		EDMILSON CASIANO DA SILVA	88.00	59º
6867-5		JOSE WILTON FERNANDES	88.00	60º
6165-4		PAULO SERGIO DUARTE DE JESUS	87.75	61º
4179-3		JORGE ALBERTO DINIZ SILVA	87.75	62º
0425-1		JERONIMO MENDES NOGUEIRA VIEIRA	87.75	63º
3606-4		VALENTIN SANTOS MOREIRA	87.75	64º
4513-6		SINVAL FERNANDES DOS SANTOS	87.75	65º
3219-1		MARIA ALZEMIRA SALDANHA NUNES	87.75	66º
2724-3		ADAILTON BRITO BIDU	87.50	67º
0163-5		REINALDO PEREIRA PASSOS	87.25	68º
5579-4		FRANCISCO RILDO RAMOS DE LIMA	87.25	69º

6608-7		MARCELO MEIRELES FERREIRA	87.25	70º
2812-6		PAULO CESAR PEREIRA DE MENDONCA	87.25	71º
3605-6		ELDEN VICENTE SIQUEIRA GONCALVES	87.25	72º
3328-6	(*)	ALAWEN ALVES DA COSTA	87.00	73º
2592-5		JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA	87.00	74º
4284-6		RENATA DE SOUZA CARVALHO	87.00	75º
3202-6	(*)	RICARDO NASCIMENTO LIMA	86.75	76º
4688-4		CESAR ALVES DE CARVALHO	86.75	77º
1826-1		FRANCISCO MARCONI CORDEIRO DA SILVA	86.75	78º
0795-1		MILTON JOSE GONCALVES	86.75	79º
5078-4		DIJALMA ANTONIO MENDES BERNARDINO	86.75	80º
4292-7		DOMINGOS LUIZ DE CARVALHO	86.75	81º
4333-8		VAGNER LOPES DOS SANTOS	86.75	82º
4213-7		HERBERT LAMOUNIER DE FREITAS	86.50	83º
4110-6		GERSON FREIRE JUNIOR	86.50	84º
3567-0		ANTONIO FRANCISCO NOGUEIRA JARDIM	86.50	85º
1617-9		MUCIO BARBOSA FILHO	86.25	86º
3491-7		MARCO VINICIO BARBOSA	86.25	87º
0981-4		CARLOS ALBERTO FORTUNA LOURENCO	86.25	88º
0492-8		LINO EVERTO TEIXEIRA	86.25	89º
4242-1		VICENTE ANDRELINO DA ROCHA	86.25	90º
2465-1		DORIS ANTONIO ALVES DE SOUZA	86.00	91º
5211-6		ALEXANDRE RIBEIRO SAMENTO	86.00	92º
4488-1		SUEDIR FRANCISCO PAIVA	86.00	93º
6889-6		PEDRO LIMA DOS SANTOS NETO	86.00	94º
0018-3		JALMIR MILITAO DE OLIVEIRA	86.00	95º
4866-6		CLAUDIO SEVERINO RAMOS	86.00	96º
2746-4	(*)	DAVIDSON JACINTO DE LIMA	85.75	97º
4230-7		ROBSON ADAMI ARAUJO	85.75	98º
0800-1		BENEDITO GILVANE CASCARDO	85.75	99º
4691-8		FLAVIO HENRIQUE PIMENTEL DO NASCIMENTO	85.75	100º
0003-5	(*)	VANDERLUB DE SOUZA SAMPAIO	85.75	101º
5297-3		GERALDO MAGELA COSTA	85.75	102º
4133-5		BENONES DE SOUSA VIEIRA	85.75	103º
6804-7		HUGO CAVALCANTI VASCONCELOS	85.50	104º
5163-2		DOGINAL GALDINO LIMA	85.50	105º
2035-4		ROGERIO FADEL ELIAS	85.50	106º
2319-1		FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS	85.50	107º
0053-1		NILTON CARDOSO SILVA	85.50	108º
2892-4		EDSON VIANA DE OLIVEIRA	85.50	109º
3597-1		ELIZABETH MELLO	85.50	110º
6888-8		IRIS AIRES BATISTA	85.50	111º
6339-8		ROGERIO DE SOUZA SILVA	85.25	112º
5043-1		ANTONIO FERNANDES DE FARIAS JUNIOR	85.25	113º
0600-9	(*)	RONALDO LIMA SILVA	85.25	114º
2837-1		PAULO CESAR LIRA CHAGAS	85.25	115º
3935-7		CLESIO ALVES DO AMARAL	85.25	116º
1828-7		CICERO RODRIGUES FERREIRA BONFIM	85.25	117º
0869-9		ALDO VIEIRA MASCARENHAS	85.25	118º
3558-1	(*)	ALMEZIR NUNES DE SOUZA	85.25	119º
0291-7		MARCELO HENRIQUE DE ARAUJO	85.25	120º
0121-0		DOMINGOS DA SILVA NETO	85.00	121º
4319-4		NAURO SERGIO CASARI	85.00	122º
0385-9		PAULO ROBERTO OLIVEIRA FERREIRA	85.00	123º
6915-9		DOLOVIR ARTIAGA SILVA JUNIOR	85.00	124º
0278-0		CLEYBE DOS SANTOS SILVA	85.00	125º
0311-5		CLAUDEMIR DE MORAIS	85.00	126º
6655-9		REGINA MARIA SOUSA FREITAS	85.00	127º
0224-1		IVONE ANTONIA DE NORONHA	85.00	128º
4587-0		RAUIL JOSE GOMES NETO	84.75	129º
1193-2		JASSE MARQUES DE MOURA	84.75	130º
3881-4		ANDRE LUIZ SANTOS GOMES DE LIMA	84.75	131º
3685-4		HAILTON DA SILVA CUNHA	84.75	132º
2780-4		JULIO CESAR DE OLIVEIRA EMERY	84.75	133º
0775-7		CLAUDIO DE LIMA MILITAO	84.75	134º
5552-2		IVAN CESAR GOMES DE MAGALHAES	84.75	135º
0535-5		JOAO PEREIRA DOS SANTOS	84.75	136º
3934-9		SILVIO HENRIQUE PEREIRA VIEIRA	84.75	137º
5709-6		ELTON DE SOUZA ZANATTA	84.75	138º
3577-7		MARCOS ANTONIO DE CAMPOS	84.75	139º
0565-7		IRAN CAMPOS COSTA	84.75	140º
0545-2		ANTONIO MATIAS	84.75	141º
0613-1		DORIANA DE JESUS ALENCAR SOARES	84.75	142º
6129-8		RAIMUNDO POINCARE BATISTA COQUEIRO JUNIOR	84.50	143º
0190-2		JOSE FAUSTINO DA COSTA	84.50	144º
5151-9		KLEBER FIDELIS GODINHO	84.50	145º
2466-0		LUIS SERGIO DE MELO DA SILVA	84.50	146º
2970-0		GISELDA MARIA MONTEIRO BARBOSA	84.50	147º
7059-9		ANIBOL DA SILVA GUIMARAES	84.50	148º
1247-5		JOSAFA RIBEIRO DO COUTO	84.50	149º
2817-7		ACIRINEIDA FERREIRA LIMA ARAUJO	84.50	150º
3538-6		LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS PINHEIRO	84.50	151º
0774-9		ITAMAR DE SOUSA	84.25	152º
2936-0		JOAO BATISTA VILELA	84.25	153º
4862-3		ROBERTO PATRICIO DA SILVA	84.25	154º
6283-9		MAGDA LIMA DA SILVA	84.00	155º
5100-4		PAULO FELIX BORGES	84.00	156º
0035-3		EDSON DE JESUS LIMA	84.00	157º
4332-0		JOSE RAFAEL CESAR DE MACEDO	84.00	158º
3095-3		NELIO RENATO NOGUEIRA	84.00	159º
5749-5		SAVIO CESAR OLIVEIRA REIS	84.00	160º
3260-3		WELSON BATISTA DE SOUSA	84.00	161º
0561-4		GILSON CAMARGOS BERNARDES	84.00	162º
0013-2		CLEONE DE SOUSA ROCHA	83.75	163º
2814-2		RUBENS ROBERTO BEHRENS BRAGA	83.75	164º
2387-6		JOSE LEONAM DOS SANTOS MELO FILHO	83.75	165º
1142-8		RUBENS RANGEL DE MEDEIROS	83.75	166º
5134-9		ROSANA VALERIA DE CARVALHO	83.75	167º
0364-6		EDUARDO ALVES VIEIRA	83.50	168º
2203-9		JOAQUIM ADAIR REZENDE	83.50	169º
4318-4		DINORA MARIA VILELA	83.50	170º
6649-4		ELIEL BENTO COSTA	83.50	171º
1852-0		JOSE RIBAMAR LOPES FILHO	83.50	172º
0610-6	(*)	CLAUDIO RIBEIRO DUTRA	83.50	173º
4282-0		HELBA PEREIRA FONSECA	83.50	174º
5883-1		CHARLES HERBERT CORDEIRO DE MENEZES	83.25	175º
4843-7		MOZART DAMASCENO FILHO	83.25	176º
2559-3		VALTER GOMES DE AMORIM	83.25	177º
0162-7		WELLINGTON GOMES DA LUZ	83.25	178º
3974-8		MARIA LUCIA DA SILVA	83.25	179º
6010-1		JUAREZ ALVES DANTAS	83.00	180º
0950-4	(*)	FLAVIO MILHOMEN DE SOUZA	83.00	181º
5532-8		PAULINO ALVES DA SILVA	83.00	182º
4881-0		JOSE EDISON BRANDAO	83.00	183º
1027-8	(*)	MAGDA SIMMONS AFFE SOUZA	83.00	184º
1295-5		MARCIO CLEBER GONCALVES DA SILVA	83.00	185º
2064-8		ESTHENIO PEREIRA NOGUEIRA	83.00	186º
4924-7		FRANCIS LIDIA DA SILVA REZENDE	83.00	187º
4220-0		ANDREIA RIBEIRO COELHO	83.00	188º
7039-4		MAURO LUZ ALVES	82.75	189º
0793-5		LUIZ GOMES DA SILVA	82.50	190º
0027-2		GILSON LEMES RORIZ	82.50	191º
4079-7		JORGE DONIZETE DE PAULO	82.50	192º
6432-7		MANUEL LUDUVINO NETO TAVARES DE SANTANA	82.50	193º
0528-2		GISLEY ALVES DE FREITAS	82.50	194º
3422-3		EMANOEL LOUREIRO FERREIRA	82.50	195º
6753-9		CASSIOMAR GARCIA SILVA	82.50	196º
2773-1		FRANCISCO IRAN VIEIRA	82.50	197º
0562-2		MARISTELA ALVES OLIVEIRA	82.50	198º
0547-9		CARLA SALEH GOMES	82.50	199º
4757-1		NEI MARQUES DA FONSECA	82.25	200º
4820-8	(*)	ROBERTO MARQUES DE SOUZA	82.25	201º
1164-9		JOAO BOSCO FRAJORGE	82.25	202º
0130-9		RICARDO ROSA DOS SANTOS	82.25	203º
0591-6		ANTONIO DE PADUA NASCIMENTO	82.25	204º
2390-6		EUGENIO PACELE MAIA	82.25	205º
5184-5		FRANCISCO ALCIDES BORGES DE MACEDO	82.25	206º
3259-0		LUIZ ANTONIO ABUD SILVA	82.25	207º
2792-8		ELIEL ALVES DE SOUZA	82.25	208º
0361-1		JACIRA SILVA CAVALCANTE	82.25	209º
3378-2		LUZIMAR GOMES PEREIRA DA SILVA	82.00	210º
6773-3		MAURO MARTINS	82.00	211º
4012-6		LUIZ CARLOS AGUIAR	82.00	212º
0612-2		INALDO VICENTE DA SILVA	82.00	213º
5363-5		MANOEL LUIZ ROCHA LEITE	82.00	214º
0536-3		FRANCISCO RAMOS NETO	81.75	215º
0542-8		DAVI PEREIRA ALVES	81.75	216º
5662-6		LUIZ BEZERRA DINIZ	81.75	217º
0187-2		RAIMUNDO EUDENIDES DE QUEIROZ	81.75	218º
0825-7		GERSON LAZARO DA COSTA	81.75	219º
6601-0		CELSO PEREIRA DA SILVA	81.75	220º
0396-4		JEFFERSON DUARTE BARROS DE MEDEIROS	81.50	221º
0858-3		GERALDESIO CANDIDO DE LIMA	81.50	222º
0781-1		JOSE LUIS RODRIGUES ABADIA	81.50	223º
7326-1		SANDRO DE PAULA DIAS	81.50	224º
0192-9		JOSE HENRIQUE DO LAGO MELO	81.50	225º
1646-2		SOLANGE ANGELICA DE TOLEDO	81.50	226º
0580-1		DEROCI SOARES BEZERRA	81.25	227º
0544-4		EZEQUIEL CUPERTINO PINTO	81.25	228º
6248-1		SEBASTIAO RODRIGUES DE SOUSA	81.25	229º
2850-9	(*)	ANTONIO INOCENCIO FERREIRA PASSOS	81.25	230º
2865-7		ANA JOSIMAR FERREIRA GRACAS	81.25	231º
5383-0		GERARDO CARNEIRO DE AGUIAR	81.25	232º
6531-5		ANTONIO GASPAR LIMA SANTOS	81.25	233º
4285-4		JULIO MARQUES DA SILVA	81.25	234º
3675-7		ADRIANE CORREIA DE FREITAS	81.25	235º
2804-5		VERA LUCIA RODRIGUES FERNANDES	81.25	236º
2166-1		ROGERIO FARIAS FERREIRA	81.00	237º
2251-9		CARLOS ALBERTO PEIXOTO DA SILVA	81.00	238º
4887-9		GERALDO SOARES DA SILVA	81.00	239º
1650-1		LUCIA HELENA TEIXEIRA	81.00	240º
0423-5		DAVID SALLES JUNIOR	80.75	241º
2509-7		SERGIO LUIZ TOMIO ALTHAFF	80.75	242º
6722-9		SORMANI MOURA FEITOSA COSTA	80.75	243º
4123-8		IDELFONSO ALVES DA SILVA	80.75	244º
1357-9		DEUSIVAM CURINGA DA SILVA	80.75	245º
1040-5		ILMA ARAUJO	80.75	246º
0216-0		CLEIGUE DE MEDEIROS	80.75	247º
3496-0		MARCIO ALBERTO GOMES DOS SANTOS	80.75	248º
4072-0		ANTONIO CARLOS CARVALHAES	80.75	249º
0685-8		MARCOS AUGUSTO ALVES SENA	80.50	250º
5813-1		PAULO BEZERRA LIMA	80.50	251º
1257-2		LUIS SATURNINO MARTINS	80.50	252º
2597-6		MARIA CRISTINA BRESSAN DOS SANTOS	80.50	253º
0609-2		GEOVANE COSTA SILVA	80.50	254º
6031-3		GILMAR MENDES DE SOUSA	80.50	255º
0601-7		HEMERSON ALVES DE FREITAS	80.50	256º
0475-8	(*)	JOAO INOCENCIO DO PRADO	80.50	257º
3370-7		MARINIARA SANTOS DE MORAES	80.50	258º
4283-4		SANDRO MARINHO DO NASCIMENTO	80.50	259º
1507-5		ALUISIO ANISIO PEREIRA JUNIOR	80.25	260º
0324-7		CID MARCIO DA SILVA	80.25	261º
0352-2	(*)	LOURIVAL RODRIGUES FERREIRA	80.25	262º
0270-4	(*)	EDMAR MOREIRA NISIO	80.25	263º
4279-0		MARCOS ANTONIO PERES BARROS	80.25	264º
1849-0		LEVI SOARES DA SILVA	80.25	265º
0515-1		HELIO DE HOLANDA CAVALCANTE	80.25	266º
5261-2		JOSE BENEDITO DE SOUZA	80.00	267º
3890-3		GILBERTO PEDROSA RODRIGUES	80.00	268º
4731-7		MARIA DA GRACA BERNADINO DOS SANTOS	80.00	269º
2757-0		SIDNEY ROBERTO DAMASCENO DE PAULA	80.00	270º
1350-1		WELLINGTON DE ARAUJO FERREIRA	80.00	271º
0886-9		MARCELO AUGUSTO QUEIROZ	80.00	272º
2367-1		REGINA CLAUDIA GOMES DE GOUVEIA	80.00	273º
3217-4		MARCELO GOMES DA SILVA	80.00	274º
6701-6		ANTENOR MEDEIROS DE SOUSA	79.75	275º
0126-1	(*)	MALAN LOPES DA SILVA	79.75	276º
5811-4		NAPOLEAO RODRIGUES DA SILVA	79.75	277º
4511-0		MARIA MAGNOLIA DOS SANTOS ARRAIAS	79.75	278º
2840-1		ROSANITA BARBOZA NOGUEIRA	79.75	279º
1501-6	(*)	EDNA PAULA DE SOUZA QUERINO DE OLIVEIRA	79.75	280º
0091-4		ENOQUE VENANCIO DE FREITAS	79.50	281º
0702-1		ELSON AUGUSTO DE MENDONCA	79.50	282º
1735-3		CLAUDIO LUCIANO ALVES GONDIM	79.50	283º
1719-1		ELI RIBEIRO DE AMORIM	79.50	284º
2829-1		ELIEZER LEITE HONORIO	79.50	285º
1921-6		CLAUDIA MALENA BORGES	79.50	286º
0314-0		ELIANA DE ASSIS	79.50	287º
4225-1		LEDA BEATRIZ PARENTE	79.50	288º
5237-0		JAMES SALES SANTANA	79.25	289º
1208-4		GARIBALDO RODRIGUES SOARES JUNIOR	79.25	290º
0260-7		WALTER MARTINS DA SILVA	79.25	291º
5132-2		ROSANIA MARIA DE SA	79.25	292º
1903-2		JOSELY XAVIER DA ROCHA	79.25	293º
4439-3		LIGIA MARCIA N. ARAUJO LOPES DA SILVA	79.25	294º
4069-0		JAINE BEATRIZ PEREIRA	79.00	295º
2423-6		FERNANDO ANTONIO VIANA DE MESQUITA	79.00	296º
3203-4		GISELLE NASCIMENTO LIMA	79.00	297º
2985-8		JEAN RICARDO BEZERRA DO NASCIMENTO	79.00	298º
1659-4	(*)	GILMAR LOPES DE LIMA	79.00	299º
0210-1		GARIBALDI EDEN FRANCISCO	79.00	300º
0266-6		MARCIA JEOVANIA RAMOS	79.00	301º
4229-3		FABIOLA ADAMI ARAUJO	79.00	302º
4790-2		SONIA DE SOUSA OLIVEIRA	79.00	303º
0045-1		PAULO AFONSO COELHO	78.75	304º
3231-0	(*)	JOAO HERMETO DE OLIVEIRA NETO	78.75	305º

4494-6		GILMAR OLIVEIRA ALVES	78.75	306º
0893-1		FLAVIO PUTTINI CARVALHO RAMOS	78.75	307º
1405-2	(*)	FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO	78.50	308º
0241-1	(*)	GILBERTO RODRIGUES DA SILVA	78.50	309º
2997-1		EDNATO TEIXEIRA DA SILVA	78.50	310º
1163-1		LUIZ GONCALVES DINIZ	78.50	311º
0967-9		GILMAR RODRIGUES ORTIZ	78.50	312º
0770-6	(*)	LIDIA MARILIA TEBALDI RANGEL	78.50	313º
1731-1		ESEQUIAS ALVES ANDRADE	78.50	314º
2083-4		WILTON APARECIDO DE OLIVEIRA	78.50	315º
0955-5		SIDNEY ALVES CABRAL	78.25	316º
4121-1		JAILTON MOREIRA DE PAIVA	78.25	317º
4776-7		WILLIAM LIMA FERNANDES	78.25	318º
1730-2		CATARINA SOCORRO ANTONIA DOS SANTOS	78.25	319º
1396-0		PAULO CLEMENTE GALVAO	78.00	320º
3068-6		SILVANO DE JESUS MOURA	78.00	321º
3110-1		SAVIO DE SOUZA CERVO	78.00	322º
4566-7		CIRO JOSE DE FREITAS	78.00	323º
0760-9		WANDERLEY ANTONIO ALVES	78.00	324º
4304-4	(*)	ALDIZIA ALVES DA CUNHA	78.00	325º
1856-2		MARIJANE SARAIVA DOS SANTOS	78.00	326º
3225-5		PAULO ROBERTO RIBEIRO DO AMARAL	77.75	327º
0895-8		ROSENILDO ROMAO DA SILVA	77.75	328º
0912-1		ILZA ALVES DA SILVA	77.75	329º
2485-6		EDI VANIA SANTANA	77.50	330º
3319-7		JOSE DE SOUZA SANTOS	77.50	331º
6965-5		MIRTES GOMES DA SILVA	77.50	332º
0458-8		CARMEN LUCIA MONTEIRO CUNHA SOUTO	77.50	333º
3080-5		SAMUEL MACEDO SILVA	77.50	334º
1021-9		VALDIR PEREIRA GOMES	77.25	335º
5787-8		ALVASSY DE ABREU JUNIOR	77.25	336º
2249-7		JOSE MARIA FERNANDES DE MATOS	77.00	337º
1670-5		CICERO PAZ	77.00	338º
4707-4		ORLANDO DE LIMA OLIVEIRA	77.00	339º
5664-2		TEREZINHA MARIA RIBEIRO SANTIAGO	77.00	340º
2924-6		WALDENICE DE SOUSA	77.00	341º
7332-6		LUCIA DE FATIMA SALES	76.75	342º
0127-9		HUMBERTO CELSO HABBEMA DE MAIA	76.50	343º
0114-7		SOLANGE MENESES LEITE FIGUEIREDO	76.50	344º
2801-1		FERNANDO JOSE DE ANDRADE CAVALHIER	76.25	345º
0285-2		REGINA LUCIA CAMARGOS MESQUITA	76.25	346º
2753-7		MARISA TADDEI	76.25	347º
0615-7		JUSCELINO DA SILVA VIANA	76.00	348º
0748-0		SERGIO DA SILVA MELLO	76.00	349º
5815-7		ELVIS PORTELA MOITA	75.75	350º
1291-2		MARCOS DE SOUZA MACHADO	75.75	351º
6733-4		MARCOS ANTONIO LOPES	75.50	352º
3161-5		WELLINGTON ALVES DA ROCHA	75.50	353º
2816-9		VERONICA ARAUJO CANDIDO	75.50	354º
2324-8		VALDENIA MARINHO GOMES	75.25	355º
4071-1		JANIO EVANGELISTA ALVES	75.00	356º
2747-2		CELSO PEREIRA SOUTO	75.00	357º
6824-1		LUCIA INES DE SOUZA	75.00	358º
2214-4		ORLANDO ARRUDA DE CARVALHO	74.75	359º
6607-9		WILTON SILVA	74.50	360º
3072-4		VILMA VIRGINIA DOS SANTOS	74.50	361º
0156-2	(*)	VAGNER DE OLIVEIRA	74.25	362º
5576-0		MARIA AUXILIADORA DE SOUSA	74.25	363º
3488-6		NUBIA RANGEL DE AMORIM	74.25	364º
2343-4		EDILSON VICENTE DE FIGUEIREDO	74.00	365º
0510-0		YONE RODRIGUES BARBOSA	74.00	366º
6774-1		GILSON DE OLIVEIRA FILHO	73.75	367º
0193-7		JUAREZ JOSE COIMBRAS	73.75	368º
5298-1		CELESTE MARIA MENEZES DA SILVA	73.75	369º
1822-8		IONE MARIA PEREIRA DE LIMA	73.50	370º
2803-7		VANIA MARIA DE ASSIS	73.50	371º
2938-6	(*)	GILVONE JACOBINA DE ANDRADE	73.25	372º
7323-7		JOSE CARLOS MOURA MOREIRA DA FONSECA	73.25	373º
4701-5		WILMA MARIA DE MELO	73.25	374º
1053-7		JALLES LEVI DE OLIVEIRA	72.75	375º
3314-6		IVONE MEDEIROS DA SILVA	72.00	376º
3099-6	(*)	CLAUDIO DE DEUS DA SILVA	71.75	377º
6905-1		MARIA CRISTINA DO LAGO MELO	71.75	378º
0949-1	(*)	ANTONIO JOSE DA SILVA	71.00	379º
2069-9	(*)	MAURICIO LIMA DA SILVA	70.50	380º
4471-7		VALDIR FRANCISCO DE OLIVEIRA	69.00	381º
0170-8	(*)	ELIANE LEITE GUEDES RIBEIRO	68.00	382º
5707-0	(*)	JOSE DOMINGOS MACEDO GUIMARAES	65.50	383º

Obs: (*) = Candidatos com Mandado de Segurança aguardando julgamento de mérito.

Brasília, 06 de setembro de 1989

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

HOMOLOGAMOS ESTE EDITAL

EM 06 de setembro de 1989

JORGE CAETANO
Secretário de Administração

Em 06 de setembro de 1989

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO
Secretário de Segurança Pública

SECRETARIA DE FINANÇAS

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. Conselheiro WALTER BASNIAKI LINHARES, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Edifício Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da pauta da Sessão que se realizará no dia 12 de setembro de 1989, (terça-feira) às 15:00 horas, ou Sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes das pautas anteriores, publicadas e mais os seguintes feitos:

ADIADO DA SESSÃO DO DIA 05/09.

PARA INÍCIO DE VOTAÇÃO

AV-01/88 (REO 81/88)
RECORRENTE: Departamento da Receita
RECORRIDO: RESTAURANTE PALHOÇA RECANTO NORDESTINO LTDA.

RELATOR: Conselheiro Gilberto Alves Nery
ADVOGADO: Dr. Djalma de Lima Ferreia.
REP. DA FAZENDA: Procurador Adhemar Teixeira da Costa.

DESTA SESSÃO.

PARA PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

RV-118/88
RECORRENTE: LUIZ EURÍPEDES RODRIGUES DA CUNHA
RECORRIDO: Secretaria de Viação e Obras.
RELATOR: Conselheiro Suplente Ordenato Cândido Borba.
REP. DA FAZENDA: Procurador Adhemar Teixeira da Costa.

RV-61/89
RECORRENTE: CASA FLOR MÓVEIS LTDA.
RECORRIDO: Departamento da Receita.
RELATOR: Conselheiro Miguel Setembrino Emerey de Carvalho.
REP. DA FAZENDA: Procurador Adhemar Teixeira da Costa.

Os autos estavam com vista ao Conselheiro Gilberto Alves Nery.

PARA INÍCIO DE VOTAÇÃO.

RV-47/89
RECORRENTE: FRIGORPEIXE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA.
RECORRIDO: Departamento da Receita.
RELATOR: Conselheiro Wellington Carlos Batista.
REP. DA FAZENDA: Procurador Adhemar Teixeira da Costa.

Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal

Brasília-DF, 08 de setembro de 1989.

CELY CURADO
Assistente

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS - NOVACAP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 100/89-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS DE IMPLANTAÇÃO DE REDES E ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS LOCAIS DO GUARÁ I E II - BRASÍLIA-DF, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO Nº 052/86 GDF - NOVACAP - IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO NO DF.

Comunicamos às empresas inscritas no Registro Cadastral da NOVACAP, Grupo 3 - Subgrupo 3.7 - Águas Pluviais - Categorias: "A" ou "B", que a licitação em epígrafe será realizada às 09:00 horas do dia 26 de setembro de 1989, na Sala de Licitações da CPL., localizada no 1º andar do Bloco "A" do Conjunto sede da NOVACAP, situado no Setor de Áreas Públicas - Lote "B".

O custo do Edital é de NCz$ 578,00 (quinhentos e setenta e oito cruzados novos) e as interessadas poderão lê-lo, obtê-lo e colher todas as informações necessárias no endereço supra.

Brasília, 05 de setembro de 1989.

MARCIO ANTONIO PATELLO SALDANHA
Presidente da CPL

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/89

PROCESSO Nº 5269/89

A TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS, realizará no dia 27 de setembro de 1989, às 09:00 horas, Tomada de Preços, tendo por objeto a aquisição, instalação e remanejamento de equipamentos de telecomunicações. A presente Tomada de Preços será regida pelo Regulamento de Licitações das empresas do Sistema TELEBRÁS, publicado no DOU de 05.10.88, a que se refere o artigo 86, do Decreto-lei nº 2.300/86, de 21.11.86, com as alterações introduzidas pelos Decretos-lei nºs 2.340/87 e 2.360/87, e ainda de acordo com a Diretriz TELEBRÁS nº 136, de 15.12.87, sobre Obtenção de Materiais, Obras e Serviços. Somente poderão participar da presente Tomada de Preços os interessados que estiverem cadastrados para o fornecimento desses tipos de materiais na TELEBRÁS, ou em outra empresa do Sistema TELEBRÁS, até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes contendo documentação de habilitação e proposta. O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço: TELEBRÁS - DIVISÃO DE RECURSOS MATERIAIS - SAS Quadra 06 - Bloco H - 4º andar - BRASÍLIA-DF - CEP: 70313 - FONE: (061) 215-2350. MARCOS CARDOSO CEZAR DA SILVA. Coordenador da Comissão de Licitação.

(DAR-NCz$ 36,67)

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

REPUBLICAÇÃO

REF. TOMADA DE PREÇOS Nº: 036, 037 e 038/89.

O DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento dos interessados, que nas datas, horários e local abaixo mencionados, reunir-se-á a Comissão de Licitação, a fim de receber Documentos de Habilitação e Propostas para aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, de acordo com as Classes de cada Tomada de Preços, conforme se segue:

TOMADA DE PREÇOS Nº: 036/89

OBJETO: Alimentos (Peixes)
CLASSE: 0112
DIA: 21.09.89 às 14:00 hs

TOMADA DE PREÇOS Nº: 037/89
OBJETO: Alimentos e Bebidas
CLASSES: 0101, 0107, 0109, 0111 e 0115
DIA: 22.09.89 às 09:00 hs

TOMADA DE PREÇOS Nº: 038/89
OBJETO: Alimentos (Carnes)
CLASSES: 0106,0108 e 0110
DIA: 22.09.89, às 14:00 hs

LOCAL DE ATENDIMENTO: Diretoria de Apoio Logístico - QCG/CBMDF - SAIN LOTE "D" - Brasília-DF.

DIAS E HORÁRIOS: segundas e sextas, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 hs, terças e quintas das 13:30 às 17:00 hs e nas quartas-feira , das 08:00 às 12:00 hs, até 02 (dois) dias antes da abertura das Tomadas de Preços.

OBS: Somente poderão participar destas Tomadas de Preços, firmas inscritas no Registro Cadastral de Habilitação de Firmas da Secretaria de Administração do Distrito Federal, para a Classe que trata esta licitação, com Certificado em plena validade, e que, na data marcada para o recebimento dos Documentos e Propostas, **não estejam** em atraso com entrega de Nota de Empenho, emitida pelo CBMDF, e não estejam por qualquer motivo em débito com órgãos do Distrito Federal. Também não poderão participar as firmas que a Comissão "a priori", tenha conhecimento do impedimento exigido no presente Edital. O valor de aquisição do Edital será de NCz$ 50,00 (cinquenta cruzados novos). Obs: Este Aviso de Licitação, foi republicado por ter saído com incorreção.

Brasília-DF, 05 de setembro de 1989.

HENRIQUE SILVA BARBOSA
Coronel QO BM
Diretor de Apoio Logístico - DAL

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
1ª REGIÃO - DF

EDITAL DE CANDIDATURAS ÀS ELEIÇÕES DE 1989.

O Presidente do Conselho Regional de Administração-CRA/1ª Região/Distrito Federal, conforme determinam os subitens 1.2.3 e 1.8, da Instrução Normativa do CFA de nº 2/89, que trata do Processo Eleitoral da Autarquia, faz saber a todos os Administradores registrados neste Conselho, que o Conselho Federal de Administração, "Ad referendum" do plenário em 11 de setembro de 1989, registrou as candidaturas para as eleições deste Conselho, assim discriminadas:

I. CHAPA 1

a) MEMBROS TITULARES (mandato de 3 anos)
1. JOSÉ OTÁVIO TOMELIN
2. MARTINHO COURA
3. ORILÂNDIO DE SOUZA RAMOS

b) VAGA ESPECIAL MEMBRO TITULAR (mandato de 1 ano)
1. RUTH GOMES DE SÁ

c) MEMBROS SUPLENTES (mandato de 3 anos)
1. ANTÔNIO FERREIRA JARDIM
2. ADOLFO GUSTAVO CORRÊA LIMA
3. DINORÁ NEPOMUCENO CARVALHO

d) VAGA ESPECIAL MEMBRO SUPLENTE (mandato de 2 anos)

1. SEVERINA MARQUES

II CHAPA 2

a) MEMBROS TITULARES (mandato de 3 anos)
1. CARLOS ALBERTO PIO
2. IRENE MARTINS BORGES
3. JOSÉ EVERTON MOURÃO E MELO

b) VAGA ESPECIAL MEMBRO TITULAR (mandato de 1 ano)
1. AUGUSTO CÉSAR PESSOA DE FARIA

c) MEMBROS SUPLENTES (mandato de 3 anos)
1. GIZÉLIA OLIVEIRA CHAVES
2. MÉRCIA GOULART CAPPARELLI
3. RICARDO AUGUSTO LERÁRIO

d) VAGA ESPECIAL MEMBRO SUPLENTE (mandato de 2 anos)
1. MIVALDO NEIVA

III. CHAPA 3

a) MEMBROS TITULARES (mandato de 3 anos)
1. JOÃO PAULO LIMA NETO
2. JOÃO SILVÉRIO BOTINHO
3. SEBASTIÃO GONÇALVES AMORIM

b) VAGA ESPECIAL DE MEMBRO TITULAR (mandato de 1 ano)
1. MARIA MARGARIDA NOGUEIRA ARAGÃO

c) MEMBROS SUPLENTES (mandato de 3 anos)
1. JOSÉ FERREIRA CORRÊA
2. IVETE MARGARIDA KLEIN REGO
3. JOSÉ GILBERTO MOREIRA

d) VAGA ESPECIAL MEMBRO SUPLENTE (mandato de 2 anos)
1. NARA REGINA GONÇALVES DE SIMAS

Brasília-DF, 11 de setembro de 1989.

MARTINHO COURA
Presidente do CRA/Distrito Federal

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS GERAIS

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

EDITAL Nº 89/038
EM RESUMO

O BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A., por sua Comissão de Licitação, fará realizar no dia 27.09.89, às 10:00 horas, na sala de licitações do Departamento de Serviços Gerais, situada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 16º andar, Tomada de Preços cujo objeto é a aquisição de móveis de aço diversos.

Maiores esclarecimento poderão ser conseguidos no Departamento de Serviços Gerais - endereço acima, onde também poderá ser adquirida cópia do inteiro teor deste Edital nos horários de 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.

Pela cópia do Edital os interessados pagarão a importância de NCz$ 20,00 (vinte cruzados novos).

Brasília-DF, 06 de setembro de 1989.

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO

BANCO CENTRAL DO BRASIL

TOMADA DE PREÇOS

DEMAP Nº 19/89
ABERTURA 28.09.89
OBJETO: Execução, sob regime de empreitada a preço global, de limpeza, desmatamento e colocação de cercas na área octogonal nº 3, de propriedade do Banco Central, em Brasília (DF).
EDITAL: No Edifício-sede do Banco Central, 2º subsolo (recepção), SBS, Brasília (DF).

EFIGÊNIA ANTONIA DE JESUS
Coordenadora

INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
UNIDADE LOCAL DE SERVIÇOS AUXILIARES
SERVIÇO DE COMPRAS E ALIENAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
ALTERAÇÃO DE DATA

O Serviço de Compras e Alienações da Unidade Local de Serviços Auxiliares leva ao conhecimento dos interessados que na data abaixo especificada, no SAS, Quadra 04, Bloco "N", Sala 424, nesta Capital, serão recebidas as propostas e documentos de habilitação, referente à Licitação a seguir discriminada:
CONCORRÊNCIA Nº 09/89 — Aquisição de equipamentos médico hospitalares.
ENCERAMENTO: 11.10.89, às 09:00 horas.

O Edital contendo as condições de habilitação, especificações e mais detalhes, encontra-se à disposição dos interessados, no endereço acima citado, no horário de 08:00 às 17:00 horas, onde também serão prestados maiores esclarecimentos.

Observação: Republicado em virtude de erro na primeira publicação.

(Dias 11, 12 e 13)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
CMP — 11a R M
DEPÓSITO REGIONAL DE SUBSISTÊNCIA/11
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 01/89

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA COM INDICADOR DIGITAL E IMPRESSORA DE PESO, medindo 18 m X 3 m
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: Até 26 de setembro de 1989 às 10:00h.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 03 de outubro de 1989 às 09:30h.
EDITAL: O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Depósito Regional de Subsistência/11, Setor Militar Urbano, CEP 70.630 — Brasília-DF, Tel. 234-1628.
Brasília-DF, 04 de setembro de 1989

JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA — Maj Int
Presidente da Comissão
(Dias 08, 11 e 12)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
CMP 11ª R M
COMISSÃO DE
LICITAÇÃO REGIONAL
AVISO DE LICITAÇÃO
DA TOMADA DE PREÇOS
Nº 043/89

OBJETO: Aquisição de gêneros de subsistência.
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: Até 20 de setembro de 1989 às 09:30 horas.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 25 de setembro de 1989 às 09:30 horas.

O Edital e outros esclarecimentos poderão ser obtidos das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas na Comissão de Licitação Regional do CMP/11ª RM — Esplanada dos Ministérios — Ministério do Exército — Bloco "O" — 3º andar — Brasília-DF ou Depósito Regional de Subsistência/11 — Setor Militar Urbano — Brasília-DF.

Brasília-DF, 04 de setembro de 1989
HENRIQUE FERREIRA LIMA
Cel Int QEMA
Presidente da Comissão de
Licitação Regional
(Dias 6, 8, 11)

EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. - PORTOBRÁS

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS
Nº 014/89

1. OBJETO
Aquisição de microcomputadores e impressoras.

2. FORNECIMENTO DO EDITAL
À disposição dos interessados, para consulta e, aquisição mediante o pagamento de NCz$ 50,00 (cinquenta cruzados novos) na Seção de Compras, localizada no 1º. andar do Edifício sede desta Empresa, situada no S.A.S. Quadra 01, Blocos "D" e "F", em Brasília - DF., no horário de 08:30 às 11:00 e das 14:30 às 17:00 horas, no período de 13 a 27.09.89.

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS
Às 15:00 horas do dia 03 de outubro de 1989, a Comissão de Recebimento e Julgamento, receberá e procederá a abertura das propostas na Sala de Licitações desta Empresa, situada no S.A.S, quadra 01 Blocos "D" e "F", 1º Subsolo.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- Serão admitidas a participar desta Tomada de Preços somente firmas nacionais, individualmente e inscritas na PORTOBRÁS no item 1.6.2.

- O Capital Social mínimo exigido será de NCz$ 100.000,00 (cem mil cruzados novos), integralizado e registrado na Junta Comercial do Estado onde a Empresa for sediada.

- Exige-se a comprovação de execução de fornecimentos similares, mediante atestados emitidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado.

Brasília, 11 de setembro de 1989.

FERNANDO OLIVEIRA SOARES
DA FONSECA
Chefe do Departamento de
Administração Geral
Substituto

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE BRASÍLIA

ELEIÇÕES SINDICAIS

AVISO

Em cumprimento a legislação vigente, cumunico que foi registrada a chapa seguinte, como concorrente à eleição a que se refere o Aviso publicado no dia 22 de agosto de 1989, no DODF.

CHAPA ÚNICA

DIRETORIA (EFETIVOS)
GLÁUCIO DE CASTRO MELO
ALBERTINO DA ENCARNAÇÃO DIAS
JAIME DIVINO ALARCÃO
LUIZ ANTONIO A. BARBOSA
TITO VIANA COSTA
EMÍDIO HONORATO DA SILVA

DIRETORIA (SUPLENTES)
JORGE WAGNER LATTARO
PAULO CESAR SOARES
LUIS BRAGA DE ABREU
PAULO RICARDO VALADÃO
JOSÉ FAGUNDES MAIA NETO

DIRETORES-SECRETÁRIO-EFETIVOS
JACY BEZERRA DE ARAÚJO
ANTONIO CARLOS AZEVEDO

DIRETORES-SECRETÁRIO-SUPLENTES
JOSÉ BATISTA DE ALMEIDA
MARCUS VINICIUS RAMOS

DIRETORES-TESOUREIRO-EFETIVOS
MAURÍNO ALMEIDA RAMOS
JÚLIO VITORINO SOUZA NEVES

DIRETORES-TESOUREIRO-SUPLENTES
CÉLIO MELO RAMOS RIBEIRO
SEBASTIÃO GOMES DA SILVA

CONSELHO FISCAL-EFETIVOS
JOÃO MAGALHÃES DE SOUZA
FLORÊNCIO RODRIGUES RIOS
JAFÉ DE DEUS FERREIRA

CONSELHO FISCAL-SUPLENTES
MARIA INEIDE PEREIRA RIBEIRO
DANIEL AUGUSTO BASTARDO
RAIMUNDO MENDES BARBOSA FILHO

Delegados Representantes junto a FIBRA - efetivos:
GLÁUCIO DE CASTRO MELO
JOSÉ FAGUNDES MAIA NETO

Delegados Representantes junto a FIBRA - suplentes:
LUCAS KONTOYANNIS
JAIME DIVINO ALARCÃO

Brasília, 11 de setembro de 1989

GLÁUCIO DE CASTRO MELO
Presidente

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL

C.R. S. 503 - BLOCO "B"
LOJAS 31/33 - TELEFONES:
223-6173 - 223-6204
CEP: 70.331 - BRASÍLIA
DISTRITO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

RELAÇÃO DA CHAPA REGISTRADA PARA CONCORRER AO PLEITO DE RENOVAÇÃO DE 2/3 DO CRC/DF

Faço saber que a chapa abaixo relacionada, está registrada para concorrer à eleição a se realizar no dia 09 de novembro de 1989, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias, a partir desta publicação para impugnação de candidaturas.

CHAPA Nº 01
RENOVAÇÃO E TRABALHO

PARA MEMBROS EFETIVOS

Contador - ALÍRIO PEDRO BRAGA - CRC DF nº 1597
Contador - ANTÔNIO CARLOS MORAES DA SILVA - CRC DF nº 5889
Contador - GERARDO ANTONIO MONTEIRO DE PAIVA GAMA - CRC DF nº 2715
Contador - MARÍZIO MARTINS DA COSTA - CRC DF nº 2235
Téc. Cont. - ANTONIO SABINO SOBRINHO - CRC DF nº 3801
Téc. Cont. - ELIEL SOARES DE PAULA - CRC DF nº 4671.

PARA MEMBROS SUPLENTES

Contador - JOSÉ ANTONIO DE FRANÇA - CRC DF nº 2864
Contador - CARLOS NEY DE CARVALHO - CRC DF nº 4811
Contador - MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - CRC DF nº 2704
Contador - MARIA ANUNCIAÇÃO LAGE CAMPOS - CRC DF nº 3355
Téc. Cont. - OZIAS VIEIRA DA SILVA - CRC DF nº 4458
Téc. Cont. - VANAIR RODRIGUES DE CARVALHO - CRC DF nº 0255

Brasília-DF, 11 de setembro de 1988

ROQUE SEBASTIÃO LAGE
Presidente
CRC/DF

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SAMAMBAIA - ACIS
ELEIÇÕES

A Diretoria provisória da Associação Comercial e Industrial de Samambaia - ACIS, através de seu Presidente, comunica aos associados que no dia 22 de setembro de 1989 serão realizadas eleições para composição definitiva do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva para o próximo biênio, de acordo com o Estatuto, o qual deverá iniciar no dia da posse, 22 de setembro de 1989 e terminará no dia 21 de setembro de 1991.

O registro de chapa será na sede provisória da Associação-Comercial e Industrial de Samambaia - ACIS. QS 406 Conjunto F, Lote, 01 Loja 01 —Samambaia/DF.

No horário de 8:00 às 18:00 hs, até o dia 19 de setembro de 1989.

Brasília, 09 de setembro de 1989.

JOÃO FERREIRA DE MATOS
Presidente

(DAR-NCz$ 98,43)

(Dias: 12, 13 e 14)

SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR.....3
GABINETE CIVIL.....4
SECRETARIA DO GOVERNO.....5
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.5
SECRETARIA DE FINANÇAS.....6
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.....6
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS.....6
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS.7
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....7
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....8
SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO.....9
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....9
PROCURADORIA GERAL.....9
TRIBUNAL DE CONTAS.....9
ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS.....16
EDITAIS,AVISOS E DECLARAÇÕES.16